

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

Joélia Walter Sizenando Balthazar

**CONEXÕES E (RE)APROPRIAÇÃO TERRITORIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE UM
ECOMUSEU PARA A GOVERNANÇA E A SUSTENTABILIDADE**

CRICIÚMA, SC

2021

**CONEXÕES E (RE)APROPRIAÇÃO TERRITORIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE UM
ECOMUSEU PARA A GOVERNANÇA E A SUSTENTABILIDADE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora em Ciências Ambientais.

Área de concentração:
Ecologia e Gestão de ambientes alterados

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Milioli

CRICIÚMA, SC

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B197c Balthazar, Joélia Walter Sizenando.

Conexões e (re)apropriação territorial : a
contribuição de um ecomuseu para a governança e
a sustentabilidade / Joélia Walter Sizenando
Balthazar - 2021.

105 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo
Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Ambientais, Criciúma, 2021.

Orientação: Geraldo Milioli.

1. Ecomuseu. 2. Museu de território. 3.
Gestão ambiental. 4. Governança participativa.
5. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD 23. ed. 069.0981

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se forma remota conforme RESOLUÇÃO N. 02/2020/PPGCA que estabelece procedimento para a Defesa de Dissertação e de Tese do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais por meio de videoconferência, para realizar a arguição da Tese de Doutorado apresentada pela candidata **JOELIA WALTER SIZENANDO BALTHAZAR**, sob o título: **“CONEXÕES E (RE)APROPRIAÇÃO TERRITORIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE UM ECOMUSEU PARA A GOVERNANÇA E A SUSTENTABILIDADE”**, para obtenção do grau de **DOUTORA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguida a candidata, os membros são de parecer pela **“APROVAÇÃO”** da Tese.

Criciúma/SC, 30 de agosto de 2021.

Prof. Dr. Mario Abel Bressan Junior
Primeiro Examinador

Profa. Dra. Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues
Segundo Examinador

Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos
Terceiro Examinador

Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes
Quarto Examinador

Prof. Dr. Geraldo Milioli
Presidente e Orientador

*Ao meu pai, João Angelo Sizenando (in memoriam),
por todo incentivo e carinho.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me ter dado força e vontade para buscar.

Aos meus pais, João Ângelo e Otacília, pelo amor e ensinamentos.

Ao meu marido, Fernando, pelo amor e cumplicidade.

Ao meu filho João Antônio, pelo amor, companheirismo e felicidade.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, pelo amor e união.

Aos meus amigos, em especial a Janete Holik e ao Idemar Ghizzo, pelo incentivo e compreensão.

Ao meu orientador professor Geraldo, que se fez ponte para vencermos fronteiras, pela amizade, pelos ensinamentos e confiança.

Ao estimado Hugues de Varine, escultor de sonhos e que partilha saberes

Aos professores do Programa de Pós- graduação em Ciência Ambientais da UNESCO, os quais muito contribuíram com seus conhecimentos ao longo desses anos.

Ao Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela cooperação.

À associação dos moradores do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, por despertar em mim, essa fagulha de esperança e luta pelo bem comum.

Minha gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em investigar a importância do ecomuseu de território como modelo de governança participativa e de gestão ambiental para os municípios, estimulando o desenvolvimento sustentável, refletindo sobre as especificidades e a historicidade dessa categoria, a partir do estudo dos ecomuseus de Santa Catarina e, em especial, do ecomuseu Serra do Rio do Rastro, localizado no município de Lauro Muller, SC. Tem como objeto de análise os enunciados das instituições, numa perspectiva da ecologia e da racionalidade ambiental. Espera-se através da pesquisa, contribuir com outro paradigma para solucionar a lacuna causada, principalmente, pelo capitalismo desenvolvimentista, utilizando para tanto a ecologia e a racionalidade ambiental, que sustentam a ideia de que os problemas ecológicos atuais estão arraigados e profundamente assentados em problemas sociais, particularmente no domínio dos sistemas políticos e sociais hierarquizados. Buscou-se na ecologia e na racionalidade ambiental, entendimento científico sobre a importância do ecomuseu de território, que deem aporte a governança participativa e a gestão ambiental para os municípios. O problema de pesquisa, destaca a preocupação socioambiental local para com a preservação do meio ambiente, respeitando a história e as memórias de quem habita o local, culminado na criação do ecomuseu de território. Tras como perspectiva o ecomuseu de território, como um modelo de governança participativa e gestão ambiental não excludente, que respeita a memória e identidade local. Explora de maneira peculiar o município de Lauro Muller, realizando uma incursão à cidade conhecida nacionalmente como berço histórico do carvão nacional, mas também conhecida mundialmente por suas belezas naturais, como a Serra do Rio do Rastro; descrevendo sua formação histórica, seu processo de colonização, seus aspectos político-institucionais, socioculturais, econômicos, ambientais, sua relação com o ecomuseu, entre outras curiosidades. A pesquisa procedeu a uma revisão de literatura que buscou aprofundar conceitos fundamentais para o desenvolvimento da tese, às questões norteadoras, hipótese e objetivos, e que de forma coerente contribuíram com os resultados. A perspectiva deste trabalho de introduzir a dimensão interdisciplinar e transdisciplinar, para pensar a gestão ambiental e a governança participativa, articulando diferentes saberes e conhecimentos, se fundamenta em promover a consciência para a coletividade, na sociedade e seus diversos atores, resgatando a importância da memória e do patrimônio imaterial para a formação da identidade e despertando também, a consciência para a sustentabilidade ambiental dos territórios. A fundamentação metodológica está no entendimento dos conceitos de reapropriação territorial, governança participativa e gestão ambiental. O procedimento metodológico da pesquisa foi sistematizado com a preocupação de garantir o rigor do processo. Para tanto, apresenta os seguintes itens: estratégia da pesquisa; unidade de análise; natureza da pesquisa; caracterização dos instrumentos de coleta de dados; sistematização e análise de dados. O conjunto substancial dos dados e informações coletados, bem como a consistência da literatura consultada, possibilitou trazer sugestões e contribuir para a sustentabilidade do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro apoiado na gestão ambiental e a governança, na reapropriação social da natureza e na racionalidade ambiental. Por fim, a tese tece uma síntese conclusiva e algumas recomendações para futuros trabalhos. E sendo assim, reconhece-se que essa pesquisa faz parte do processo e contribui para as demandas de estudos sobre a área em questão estudada.

Palavras-chave: Ecomuseu de território. Gestão ambiental. Gestão participativa. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This research consists of investigating the importance of the territorial ecomuseum as a model of participatory governance and environmental management for municipalities, encouraging sustainable development, reflecting on the specificities and historicity of this category, based on the study of ecomuseums in Santa Catarina and, in particular, the Serra do Rio do Rastro ecomuseum, located in the municipality of Lauro Muller, SC. Its object of analysis is the statements of institutions, from a perspective of ecology and environmental rationality. It is expected through research, to contribute with another paradigm to solve the gap caused mainly by developmental capitalism, using for this purpose the ecology and environmental rationality, which support the idea that the current ecological problems are rooted and deeply rooted in problems particularly in the domain of hierarchical political and social systems. In ecology and environmental rationality, scientific understanding of the importance of the territory eco-museum was sought, which would contribute to participatory governance and environmental management for the municipalities. The research problem highlights the local socio-environmental concern with the preservation of the environment, respecting the history and memories of those who inhabit the place, culminating in the creation of the territory ecomuseum. Tras as a perspective the ecomuseum of territory, as a model of participatory governance and non-excluding environmental management, which respects local memory and identity. It explores the municipality of Lauro Muller in a peculiar way, making an incursion into the city known nationally as the historic cradle of national coal, but also known worldwide for its natural beauties, such as Serra do Rio do Rastro; describing its historical formation, its colonization process, its political-institutional, sociocultural, economic, environmental aspects, its relationship with the ecomuseum, among other curiosities. The research carried out a literature review that sought to deepen fundamental concepts for the development of the thesis, the guiding questions, hypothesis and objectives, and which coherently contributed to the results. The perspective of this work to introduce the interdisciplinary and transdisciplinary dimension, to think about environmental management and participatory governance, articulating different knowledge and knowledge, is based on promoting awareness for the community, society and its various actors, rescuing the importance of memory and intangible heritage for the formation of identity and also raising awareness for the environmental sustainability of territories. The methodological foundation is in understanding the concepts of territorial re-appropriation, participatory governance and environmental management. The methodological procedure of the research was systematized with the concern of guaranteeing the rigor of the process. Therefore, it presents the following items: research strategy; unit of analysis; nature of the research; characterization of data collection instruments; systematization and data analysis. The substantial set of data and information collected, as well as the consistency of the literature consulted, made it possible to bring suggestions and contribute to the sustainability of the Serra do Rio do Rastro Ecomuseum, supported by participatory and environmental management, social reappropriation of nature and environmental rationality. Finally, the thesis weaves a conclusive synthesis and some recommendations for future work. And so, it is recognized that this research is part of the process and contributes to the demands of studies on the area in question studied.

Keywords: Territory Ecomuseum. Environmental management. Participative management. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sistematização teórico-experimental, segundo Hugues de Verine-Bohan	32
Figura 2 - Linha do tempo da museologia no Brasil	34
Figura 3 - Ecomuseus e museus comunitários, no Brasil, por região.....	45
Figura 4 - Localização geográfica, do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	48
Figura 5 - O Ecomuseu Serra do Rio do Rastro.....	48
Figura 6 - Estação ferroviária - Sede do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	49
Figura 7 - Paisagens Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	50
Figura 8 - Evento educativo do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	51
Figura 9 - O Ecomuseu Serra do Rio do Rastro e a comunidade	52
Figura 10 - Bacia carbonífera catarinense	79
Figura 11 - Roteiro geológico da Serra do Rio do Rastro.....	81
Figura 12 – Iluminação da Serra do Rio do Rastro	82
Figura 13 - Castelo Henrique Lage	99
Figura 14 - Cachoeira vó Enoy – Sítio do Leal	100
Figura 15 - Localização geográfica do município de Lauro Muller, Santa Catarina.	103
Figura 16 - Localização geográfica do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Museus comunitários e ecomuseus no Brasil	37
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNM- Cadastro Nacional Museus

GMB- Guia Museus Brasileiros

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

MINOM- Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MinC – Ministério da Cultura

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 HIPÓTESES	19
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Geral	19
1.2.2 Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	20
1.4 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	23
2.1 UM BREVE OLHAR SOBRE A ORIGEM DO MUSEU.....	23
2.2 A NOVA MUSEOLOGIA E A MUSEOLOGIA SOCIAL	25
2.3 ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS NO BRASIL	30
2.3.1 A origem do ecomuseu.....	30
2.3.2 Os ecomuseus e museus comunitários no Brasil.....	35
2.4 ECOMUSEU SERRA DO RIO DO RASTRO.....	48
2.5 A RELAÇÃO ENTRE ECOMUSEU E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	58
2.6 NATUREZA-SOCIEDADE:CONTRIBUIÇÕES DA ECOLOGIA SOCIAL	64
2.7 DIÁLOGOS ENTRE SABERES, SOBRE A (RE)APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO.....	70
2.8 PARA PENSAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO AMBIENTAL.....	78
3 UMA INCURSÃO AO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E AS CURIOSIDADES AO ENTORNO DO ECOMUSEU	82
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	89
4.1 ESTRATÉGIA DA PESQUISA	89
4.2 LOCALIZAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	92
4.3 NATUREZA DA PESQUISA.....	92
5. O ECOMUSEU DE TERRITÓRIO COMO UM NOVO MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO AMBIENTAL	94
6CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	99
6.1CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
7 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

A relação entre o homem e a natureza, no decorrer da história deixou de ser uma relação de uso equilibrado e passou a ser conflitante à medida que a humanidade começa a intervir na natureza, para satisfazer suas necessidades, estas, cada vez mais crescentes, principalmente com o aumento da população mundial e com o advento do capitalismo. Algumas iniciativas envolvendo a preocupação com a preservação do meio natural começam a surgir, sendo que no final do século XIX, Ernst Haeckel (1869), propõe o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente. Outro fator histórico importante, foi a criação do o primeiro parque nacional do mundo, “Yellowstone” 1872, nos Estados Unidos. No Brasil, a criação do primeiro parque nacional, ocorre em 1939. No entanto, essas iniciativas, embora importantes, eram pouco expressivas diante das grandes transformações que ocorriam no espaço geográfico.

As tensões e conflitos começam a ser constantes e a partir da segunda metade do século XX, emerge as discussões em várias esferas da sociedade, sobre a degradação do meio natural e conseqüentemente, a preocupação com a preservação dos patrimônios culturais e imateriais. Gonçalves descreve sobre a degradação do meio natural, destacando que trata-se de uma crise em escala global.

Estamos, sim, diante de uma mudança de escala na crise atual de escassez (por poluição) do ar, de escassez (por poluição) de água, de escassez (limites) de minerais, de escassez (limites) de energia, de perda de solos (limites) que demandam um tempo, no mínimo, geomorfológico, para não dizer geológico, para se formarem, [...]. O efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, a mudança climática global, o lixo tóxico, para não falar do lixo nosso de cada dia, são os indícios mais fortes desses limites colocados à escala global. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 72).

O uso sem controle e exaustivo desses recursos e o desrespeito as culturas locais, em nome de uma sociedade globalizada e do consumo, colocaram a conservação da natureza, bem como o uso dos recursos naturais e a preservação do patrimônio cultural e imaterial, como tema central das discussões e debates públicos.

Para Figueiredo (2014), a preservação e valorização da herança cultural, deve considerar todos os valores envolvidos, defendendo o interesse de:

Preservar considerando a composição constante dos significados, identidades e tradições; considerando o patrimônio como recurso ao desenvolvimento; e, simultaneamente, construindo o patrimônio em seu sentido social, de cidadania e promovendo a qualidade de vida para um futuro em que se almeja a equidade, o direito à memória e à diversidade cultural,

dentro de uma estratégia interdisciplinar e interinstitucional, colocam-se como os principais desafios daquilo que se designa por “sustentabilidade” no âmbito das políticas de patrimônio. (FIGUEIREDO, 2014, p. 91)

No âmbito acadêmico surgem teorias e conceitos para atender as demandas observam-se desdobramentos teórico-conceituais para lidar com demandas de pesquisas que objetivam apontar soluções que, em escalas temporais de curto, médio e longo prazos, possam favorecer um redirecionamento do estágio de degradação socioambiental.

Essa configuração, que vai do local ao global numa perspectiva sistêmica, destaca o compromisso da ciência, do ser humano, da sociedade e das culturas como fundamentais.

Nesse contexto, vale destacar a emergência de conceitos como complexidade, interdisciplinaridade e sustentabilidade para um fazer científico num mundo moderno e que vem ao encontro das demandas mais presentes.

Nesse sentido e nesse universo de preocupações, emerge a necessidade de se pensar a relação sociedade-natureza, seu rumo e suas consequências.

A pesquisa em tela parte do princípio da complexidade das interrelações resultantes entre população, comunidade e ecossistema, que é invariavelmente sentida quando observamos um determinado território. Reconhece o Ecomuseu, como importante forma de governança de um território considerando este um sistema complexo, reconhecendo, também, o valor da biodiversidade e dos ecossistemas, suas características e realidades ecológicas e construídas, suas memórias, sua cultura, seus valores e história. Relaciona a criação do Ecomuseu como meio de se resgatar o empoderamento comunitário.

O município de Lauro Muller está localizado ao sul do estado de Santa Catarina, ao norte da região carbonífera. Faz limites com os municípios de Orleans ao norte, Treviso ao sul, Urussanga e Orleans a leste e Bom Jardim da Serra a oeste. Está ligado a Tubarão e a Bom Jardim da Serra pela Rodovia SC 390, a Criciúma pela SC 446 e a Treviso pela SC 447. Situado a 208 metros de altitude, Lauro Muller tem uma população de 14.367 habitantes (IBGE, 2010). Tem-se registros de que por volta de 1820, as terras da localidade do Morro da Palha, ainda eram habitadas por indígenas. A história do município está intimamente ligada a descoberta do carvão mineral, no sul do estado de Santa Catarina. A descoberta de carvão mineral no sul

do estado, no final do século XVIII, mais especificamente na região que hoje corresponde ao município de Lauro Müller, é creditada aos tropeiros, grupos responsáveis por transportar tropas de gados do Rio Grande do Sul até São Paulo e Minas Gerais. Até o ano de 1905, o município recebeu vários nomes: Bom Retiro, Arraial da Mina e Mina dos Ingleses, esta última, comumente, chamada de Minas. Em 25 de setembro de 1905, passou a chamar-se Lauro Müller em homenagem ao catarinense Dr. Lauro Severiano Müller, que foi quatro vezes governador do Estado de Santa Catarina, senador, deputado federal, embaixador, ministro da Indústria, Viação, Obras Públicas e das Relações Exteriores; A economia do município está ligada à agricultura, à mineração, à indústria cerâmica, ao comércio de madeira e ao transporte rodoviário. Tem um subsolo muito rico em minérios, como já citado, o carvão mineral. Nas memórias de quem nasceu no município, ficaram os registros históricos de degradação ambiental, de perdas de vidas decorrentes da contaminação ou de acidentes provocados principalmente pela atividade de mineração de carvão, mas também ficaram registrados na memória, o sentimento de pertencimento e o desejo de ver e mostrar para o mundo, não mais paisagens degradantes, mas as belezas escondidas, restauradas ou que ainda estão preservadas. No ano de 2013 através da Lei n. 1759, o município de Lauro Muller cria o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro. A área de abrangência ambiental do Ecomuseu, transformada em bem de interesse público municipal, possui uma dimensão de 6.200 hectares, localizada ao longo das encostas da Serra Geral, fazendo divisas com Bom Jardim da Serra, Treviso e Orleans. O Ecomuseu tem por objetivo a valorização e preservação do patrimônio ambiental, cultural e suas diversas manifestações; estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo; universalidade do acesso e o desenvolvimento cultural e socioeconômico com a participação das comunidades. Lauro Muller possui muitos recursos naturais como a vegetação, os animais silvestres, a Serra do Rio do Rastro, a beleza dos cânions da Serra Geral, as cachoeiras, as grutas, os rios, os vales, as montanhas e o clima das estações, inclusive a neve. Destaca-se também por seus recursos culturais, históricos e técnico científicos como a religião, a música, a arquitetura antiga, as crenças, os sítios arqueológicos, a colonização baseada na história do carvão, dos tropeiros e dos imigrantes italianos, a coluna Whitte, que é a primeira coluna estratigráfica da Bacia do Paraná, onde está a descrição de todos os corpos rochosos que formam a crosta da Terra. A produção de vinhos, cachaça, melado, açúcar mascavo, leite e seus derivados, a carne suína, artesanato, o pão

colonial e tantas outras atividades do meio rural, tornam-se ricos atrativos para quem busca a paz, o sossego do interior e a harmonia com a natureza. A criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro (re)ligou de alguma forma a população, ao desejo de uma vida comunitária, onde o desejo do bem comum prevaleceu.

A visão sistêmica complexa e transdisciplinar, que norteia a razão de ser do Ecomuseu, está baseada nas três ecologias pressupostas por Guattari (2001) a social, a ambiental e da subjetividade e os conflitos que surgiram após a sua criação, em Lauro Muller, estão fundamentados na Ecologia Social, que sustenta a ideia que os problemas ecológicos atuais estão arraigados e profundamente assentados em problemas sociais, no domínio dos sistemas políticos e sociais hierarquizados. Sugere que não é possível fazer frente a tais problemas através de ações individuais como o consumismo ético, mas precisa estar relacionado a formas de pensamentos éticos mais profundos e atividades coletivas fundamentadas em ideais democráticos. A complexidade das relações entre pessoas e a natureza é evidenciado juntamente com a importância de se estabelecer estruturas sociais que possam levar em conta tais relações. A complexidade é uma das características da evolução orgânica e das interrelações bióticas e é uma interpretação sólida da realidade; A complexidade e o conjunto de ideias que a ela se associam, constituem uma via de compreensão da relação homem e ambiente natural.(RECLUS, 1900; BOOKCHIN, 1960; BOFF, 2012).

Nessa perspectiva, o estudo traz algumas questões norteadoras que sugerem um esforço de pesquisa que possibilite uma reflexão mais profunda e aproximada da realidade. Nesse sentido, vale destacar:

- a) É possível o Ecomuseu de território contribuir para um modelo de governança participativa?
- b) É possível o Ecomuseu de território contribuir para a sustentabilidade local e global?
- a) Como o Ecomuseu de território pode contribuir para o empoderamento comunitário?
- b) É possível implementar o modelo de governança participativa, considerando as relações de poder do Estado sobre o meio natural?
- c) Como a ecologia e a racionalidade ambiental poderão auxiliar na reapropriação do território, interconectando e (re)ligando a sociedade como o meio natural?

1.1 HIPÓTESES

Num esforço para refletir essas questões, levantou-se as seguintes hipóteses:

Considerando que a valoração da natureza está gerando manifestações de resistência cultural às políticas da globalização e ao discurso da sustentabilidade dentro das estratégias das comunidades para autogerir o seu patrimônio de recursos naturais e culturais, partimos da hipótese central de que o Ecomuseu de território, é um modelo conceitual de governança participativa, considerando também outras perspectivas:

- a. o Ecomuseu de território desperta o empoderamento comunitário, pois vivendo em comunidade, o homem motiva-se a buscar uma melhor qualidade de vida, um meio ambiente equilibrado e sustentável;
- b. pois a vida comunitária favorece a integração da sociedade junto ao processo construtivo, religando a sociedade e a natureza, despertando o sentimento de pertença, resgatando às memórias e a cultura, considerando que essa relação foi rompida em virtude dos princípios que a modernidade capitalista adotou ao longo da história.

Baseado nestas hipóteses, pensamos que o Ecomuseu de território contribui como importante ferramenta para o empoderamento comunitário e a governança participativa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar a contribuição de um Ecomuseu como modelo conceitual de governança participativa para os municípios, potencializando o desenvolvimento sustentável.

1.2.2 Específicos

- Esclarecer a importância do Ecomuseu de território para a reapropriação

do espaço;

- Descrever as características e peculiaridades do Ecomuseu de território e a contribuição desse modelo para a governança participativa e a gestão ambiental;

- Justificar como o Ecomuseu de território pode ser modelo de governança participativa e a sustentabilidade

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A relevância social dessa tese de doutorado, que tem ênfase no reconhecimento do Ecomuseu de território, como modelo de governança participativa e empoderamento comunitário.

Atualmente, o discurso da sustentabilidade é comum e, teoricamente, complexo no mundo político e no mundo das ciências, o que o reprime inúmeras vezes as discussões e/ou as ideias, que são fundamentais, dessa forma são incertos os caminhos que antecedem à sustentabilidade, portanto essa tese de doutorado tem uma busca fundamental para a sociedade: investigar os caminhos da governança participativa para à sustentabilidade, como um fundamento de importância social voltado para estudos do empoderamento comunitário. A relevância científica dessa investigação de doutorado está relacionada diretamente a discussão teórico-metodológica de governança participativa e do empoderamento comunitário, considerando o modelo de Ecomuseu de território, à luz da ecologia e da racionalidade Ambiental.

Importante citar, também, a Agenda 2030 que foi aprovada em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e é produto da evolução de um amplo debate internacional sobre os principais desafios enfrentados pelas sociedades humanas e sobre a necessidade do estabelecimento de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo, resiliente e sustentável. Concebida como um ambicioso plano de ação, estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2030 evoca o compromisso de todos (governos, setor privado, sociedade civil, organismos internacionais e sistemas multilaterais, entre outros atores) para trabalharem em conjunto na promoção de crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, de modo integrado e indivisível, sob o imperativo de ‘não deixar ninguém para trás.

Considerando os objetivos da agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, encontramos no objetivo 11: o desafio de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Entre as metas a serem alcançadas, destacamos: 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros; 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

1.4 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No **Capítulo 1**, foi apresentado o problema de pesquisa, destacando o modelo de Ecomuseu de território, implantado em Lauro Muller, que tem por objetivo a valorização e preservação do patrimônio ambiental, cultural e suas diversas manifestações; estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo; universalidade do acesso e o desenvolvimento cultural e socioeconômico com a participação das comunidades. Figura, ainda nesse Capítulo, as questões norteadoras; hipóteses; objetivo geral e específicos; justificativa da pesquisa e a organização dos capítulos.

No **Capítulo 2**, procedeu-se a revisão de literatura que buscou aprofundar conceitos fundamentais para o desenvolvimento da tese. O esforço nesse Capítulo foi sistematizar de forma coerente em oito subitens as ideias que contribuíssem aos resultados esperados.

No **Capítulo 3**, explorou-se de forma peculiar o município de Lauro Muller. Realizou-se uma incursão à cidade conhecida nacionalmente como a “*Berço nacional do carvão mineral*”, descrevendo sua formação histórica, seu processo de colonização, seus aspectos políticos- institucionais, socioculturais, ambientais, sua relação com o Ecomuseu, entre outras curiosidades.

No **Capítulo 4**, sistematizou-se o procedimento metodológico da pesquisa com a preocupação de demonstrar o rigor desse processo. Para tanto, este se apresenta com os seguintes itens: estratégia da pesquisa; unidade de análise; natureza da pesquisa; caracterização dos instrumentos de coleta de dados; pesquisa de campo e sistematização e análise de dados.

No **Capítulo 5**, procedeu-se a sistematização, organização e análise

dos resultados.

Por fim, o **Capítulo 6**, tece uma síntese conclusiva e algumas recomendações para futuros trabalhos. Sendo assim, reconhece-se que essa pesquisa faz parte do processo e contribui para as demandas de estudos sobre a área em questão estudada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 UM BREVE OLHAR SOBRE A ORIGEM DO MUSEU

Comum as civilizações, o hábito de colecionar, marca a origem dos museus. A palavra Museu deriva do grego *museion* que significa “templo das musas”; nas principais cidades da antiguidade foram construídos espaços destinados às musas, divindades protetoras das ciências e artes; nesses espaços eram reunidas obras de arte e objetos variados pertencentes a nobreza, para serem homenageados e relembrados por meio da exposição.

Percorrendo a história, podemos observar que o homem pré-histórico já colecionava objetos e, embora desconhecendo a razão pela qual esses objetos foram preservados, é fato que tal prática nos auxilia na reflexão sobre a relação homem-natureza, a história, bem como a importância de se preservar a memória, o conhecimento e a cultura.

Acredita-se que o famoso museu da antiguidade, que era dedicado a colecionar e compreender a natureza foi o Museu de Alexandria, localizado no Egito e criado por Ptolomeu, durante o século III a.C; ele reunia objetos astronômicos e cirúrgicos, estátuas de filósofos, um parque zoobotânico e abrigando também, um grande complexo de pesquisa e educação que incluía também a importante Biblioteca de Alexandria.

No período medieval, com o homem explorando o Novo Mundo, o período marca a Europa com suas grandes conquistas, conhecendo novos territórios e colecionando objetos e memórias. Esse hábito de colecionar e registrar mantém-se e o interesse por expor, seja em salas ou nos corredores dos palácios, passa a despertar o olhar curioso, questionador e investigativo. Objetos, símbolos de conquistas, começam a representar mais, pois estão carregados de simbologias, de cultura, de memórias e de identidades.

[...] quando o colecionismo tornou-se moda em toda a Europa. Nesse período, o homem vivia uma verdadeira revolução do olhar, resultado do espírito científico e humanista do Renascimento e da expansão marítima, que revelou à Europa um novo mundo. As coleções principescas, surgidas a partir do século XIV, passaram a ser enriquecidas, ao longo dos séculos XV e XVI, de objetos e obras de arte da antiguidade, de tesouros e curiosidades provenientes da América e da Ásia e da produção de artistas da época, financiados pelas famílias nobres. (JULIÃO, 2000 p.20)

Nesse mesmo período, o interesse pelas ciências naturais, levou à criação de sociedades e instituições como os jardins botânicos de Pisa e de Pádua e a academia de ciências de Paris, todos mantendo suas próprias coleções. Durante esse período histórico uma característica intrínseca ao ato de colecionar era de que o acesso as contemplações eram restritas e elitizadas. Historicamente, até o século XIX, somente os aristocratas acessam o ensino, e podiam “apreciar” um espaço cultural. A inserção de um museu, compreende a oportunidade de apreender seu significado e sentidos por meio de uma prática e acesso contínuo.

A experiência estética, não está contida no sujeito, logo, não pode ser despertada, mas, ensinada.

No Brasil, diversos autores apontam a segregação cultural nesse período, onde a visitação a museus, por membros não reais estava restrita à sua “dignidade”, sendo julgados pelos seus conhecimentos e qualidades. Colônia de exploração e povoamento europeia, o Brasil seguiu o ritmo da metrópole também para os preceitos museológicos, visto que o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, construído em 1818 e idealizado por Dom João VI, visava o apoio a implantação da corte no Brasil e a valorização das elites, somente possuindo acesso ao museu, membros da elite, pesquisadores, a nobreza e a corte; o mesmo ocorreu com o Museu Paulista, criado em 1894, que também foi constituído como um espaço de superioridade social e racial, que visava mostrar o poder econômico de São Paulo e a emancipação do Brasil do reino de Portugal . Os padrões colonialistas europeus foram herdados pelos museus brasileiros, sendo que os discursos tradicionais persistem em algumas instituições até a atualidade. O conceito de museus como lugar de coisas velhas, espaço de obras-primas, espaço de status, templo e outras concepções ainda circundam o imaginário da grande massa. (KOPTCKE, 2005 p.191 *apud* GONÇALVES, 2019 p.11; SCHWARCZ, 2005, p. 133; CHAGAS; GOUVEIA, 2014 *apud* GONÇALVES, 2019 p.11).

O museu como instituição pública, tem origem no iluminismo; nesse período, com a pressão das camadas burguesas, as grandes coleções particulares e da realeza e particulares passaram a ficar abertas ao público. O século XIX ficou conhecido como o “século dos museus”, pois assistiu a proliferação de museus na Europa e em várias outras partes do mundo. Com o nacionalismo, o museu realizou um papel importante no processo de preservação da identidade e da memória nacional. (JULIÃO, 2000; FILHO, 2006; DISARÓ E SEDOR, 2016)

Quando os gabinetes de curiosidades e galerias palacianas - acúmulos passivos de objetos - passam a ter uma crescente profissionalização e qualificação em suas atividades, consolida-se a ideia dos museus modernos, que assumem um papel importante na cultura, na educação e no fortalecimento da cidadania, fomentando o respeito à diversidade natural e cultural. (DISARÓ E SEDOR, 2016 p.13)

A ideia atual de museu, surge com a Revolução Francesa; visando a proteção do patrimônio francês, criaram-se instrumentos jurídicos e técnicos, que anteciparam, através de decretos e instruções, procedimentos de preservação desenvolvidos no século XIX. (CHOAY, 2001 p.97 *apud* JULIÃO, 2000 p.20)

2.2 A NOVA MUSEOLOGIA E A MUSEOLOGIA SOCIAL

A década de 60 marcou a história nas mais diferentes esferas das sociedades latino-americanas, assim como na Europa e América do Norte. As transformações na estrutura social e as relações com o meio ambiente, bem como o uso sem limites, de recursos naturais, motivados pela industrialização, trouxe perdas para o patrimônio cultural e ambiental, gerando conflitos e impulsionando o surgimento de movimentos sociais, reivindicando, denunciando e cobrando mudanças.

Este processo de dependência e exploração têm destruído o patrimônio cultural e ambiental dos povos latino-americanos, degradando o potencial produtivo dos ecossistemas naturais. [...] a problemática ambiental é uma questão política. Isso se reflete no surgimento de movimentos sociais em defesa dos recursos, terras e valores culturais dos povos; na luta pelo reconhecimento de seu meio ambiente e pela recuperação de seus espaços vitais. (LEFF, 1998 p. 161 e 270, tradução nossa).

Na mesma década, surgem movimentos artísticos-culturais contrários aos modelos estabelecidos, a forte influência exercida pelos meios de comunicação de massa, a crítica à sociedade de consumo e contrários a modelos anteriores, buscando uma maior liberdade temática ou de linguagem; temos aqui o prenúncio dos movimentos sociais e das lutas políticas do futuro. (TOURRAIN, 1983; PAES, 1993)

Reflexões críticas sobre as funções dos museus, começam a surgir na Europa, na América do Norte e na América Latina. A busca por novas linguagens e expressões artísticas pulsava no meio museal e destoando dos padrões tradicionais, buscavam espaços alternativos. No final dos anos 60, surgia uma proposta inovadora nos Estados Unidos, coordenada pelo museólogo afro-americano John Kinard: O Museu de vizinhança de Anacostia, situado em Washington DC. Aberto ao público em 1967, o museu tinha como objetivos abordar os problemas relacionados ao meio

ambiente urbano, o resgate da memória e identidade das comunidades e dos temas africanos, bem como da situação social dos negros.

Ações conflituosas e contestações às instituições levaram a reflexão sobre valores, questionando posições e, conseqüentemente, impulsionando um olhar mais amplo e com outras perspectivas sobre o conceito de patrimônio; passando a considerar o meio ambiente, o saber e o artefato, como patrimônio integral. É notório que a ampliação do conceito de patrimônio deverá refletir diretamente na forma de gestão e, também, a valorização dos monumentos, sítios, museus e todo lugar considerado patrimônio público. (RIVARD, 1984; SCHEINER, 2004)

Para Scheiner, se faz necessário considerar o potencial de significação político-social dos patrimônios:

[...] A Modernidade promoveu uma separação ontológica entre natureza e cultura, entre mito e razão e, finalmente, entre presente e passado - visando explicitar a apreensão do possível. E neste universo desenvolveu o conceito de patrimônio, como cristalização do fazer humano no tempo e como instância de legitimação da natureza enquanto objeto de pertencimento do homem. (...) Patrimônio é, assim, o que foi produzido, criado, instituído – o que faz prova da capacidade humana de habitar o mundo natural e, por meio dele, criar e desenvolver cultura. É neste sentido que se desenha e populariza o termo patrimônio cultural - conceito que está na base do uso do patrimônio como retórica do passado e que reifica a noção de conjunto patrimonial como núcleo fundador de espaços ocupados (SCHEINER, 2004, p. 152).

Conforme Garcia Canclini,

[...] o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos, quer dizer, o 450 tradicionalismo substancialista. Foram esses grupos [...] os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também alguns bens populares sob o nome de “folclore”, marca que indicava tanto suas diferenças com respeito à arte quanto a sutileza do olhar culto, capaz de reconhecer até nos objetos dos “outros” o valor genericamente humano (GARCÍA CANCLÍN, 1998, p. 160-161).

Em 1971, a IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Grenoble, França, discutia “O Museu a Serviço do Homem, Atualidade e Futuro-o Papel Educativo e Cultural”. No ano seguinte, realizava-se em Santiago, no Chile, uma mesa-redonda para a reflexão do papel dos museus na América Latina; o encontro reuniu um grupo de profissionais de museus para conhecer, refletir e apresentar propostas relevantes para o cenário museológico e propor ideias. De acordo com de Hugues de Varine-Bohan, houve uma tomada de consciência, por parte dos profissionais ali presentes, de que não conheciam as cidades onde

habitavam e trabalhavam. Dessa reflexão surgiu o conceito de Museu Integral, que levava em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; e do museu-ação, enquanto instrumento dinâmico de mudança social. Defende-se a promoção de um museu integral reconhecendo a importância das dimensões sociais e políticas do museu, que leve em consideração a totalidade dos problemas da comunidade que o abriga, sendo o museu um instrumento de uma animação participativa e de um desenvolvimento sustentável. (VARIN, 1976)

Aos poucos, começaram a surgir algumas experiências, como no México, com a Casa del Museo, os museus comunitários e os escolares, implementados pelo Instituto Nacional de Antropologia e História – INAH; no Canadá, as experiências em Quebec foram pioneiras, entre os anos 1979-82, com destaque para a de Haute-Beauce.

Nos anos 80, com a sistematização dos princípios da chamada Nova Museologia, as experiências mundiais vão se expandindo, principalmente, na França, Portugal, Canadá, Noruega e África. Na América Latina, motivados pela OEA e UNESCO, surgem os Museus Didático-Comunitários na Nicarágua, Equador, Costa Rica, Colômbia e Brasil. A Declaração de Quebec adotada pelo I Ateliê Internacional Ecomuseu/ Nova Museologia, em outubro de 1984, defendia uma série de princípios baseados em uma museologia ativa visando o desenvolvimento das populações. Invertendo a lógica de constituição das coleções, esse movimento trabalha, inicialmente, as questões afetivas, volitivas e cognitivas relacionadas com a memória presente para transportá-las ao passado numa fase posterior. O público tem participação ativa, criadora e colaboradora.

A Nova Museologia é um movimento que possui preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica e se utiliza de todos os recursos da museologia, ou seja, coleta, conservação, pesquisa, restituição e difusão, criação transformando em instrumentos adaptados a cada meio e projetos específicos.

Segundo Varine (2013), o movimento da Nova Museologia tem como base dois princípios, sendo o primeiro um princípio político, que é a função social do museu, defendida em 1972, na Mesa-Redonda de Santiago do Chile; e o segundo princípio seria o empírico, que é a valorização dos saberes de todas as pessoas. Varine, destaca a dimensão prática, afirmando que estas duas dimensões precisam estar unidas a um projeto para de fato, haver participação comunitária.

Em 1992, realiza-se em Caracas, Venezuela, o Seminário “A Missão do Museu na América Latina Hoje: novos desafios”, o evento discute novamente o papel

do museu como agente de desenvolvimento integral na região, passando a ser integrado às suas comunidades, realizando, ações e processos que respeitem os contextos locais. Segundo Varine, “a doutrina de Santiago, renovada pela Declaração de Caracas, amplia-se até incorporar a utilização do patrimônio natural e cultural, mesmo fora do âmbito dos museus.

No ano de 2013, no Brasil, acontece a XXIII Conferência do Conselho Internacional de Museus e a XV Conferência Internacional da Nova Museologia. Delambre(2013), descreve o encontro como paradigmático porque produziria o terceiro documento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), algo que só acontecera em 1972, em Santiago do Chile, e em 1984, em Quebec (Canadá).

Para Delambre,

No Brasil, principalmente, e em outros países, as discussões trazidas por esses novos segmentos museológicos, definitivamente, não estão restritas ao campo da museologia ou das áreas que trabalham diretamente com a memória. Essa discussão no campo da museologia reforça a tese que defendemos em outros textos: emerge uma aproximação e uma práxis profundamente multidimensional e pluriparticipativa, nas quais o mais importante não é a formação acadêmica do participante, senão sua efetiva e a-fetiva contribuição para construção dessa nova sociedade. (DELAMBRE, 2013)

Dell Delambre, ainda afirma que:

As experiências museológicas afetivas e não normativas são a efetivação de propostas que outras áreas discutiram, mas nunca conseguiram colocar em prática. Nesse sentido, essas vivências autóctones dessa museologia, com todos os elementos sensitivos, afetivos, comunitários, locais, simbólicos, provisórios, interpretativos, são concretizações de anseios que estão para além da museologia e que antecipam o lócus de onde serão sistematizadas as sabedorias desse milênio (DELAMBRE, 2013).

Com a Nova Museologia, passou-se da concepção de museu como elemento de constituição da identidade nacional, para o museu como espaço de afirmação de outros segmentos sociais, ficando evidente a vocação social dos museus e a proposição de renovações teóricas e metodológicas ao campo museal.

Segundo Santos,

Essa Nova Museologia contribui para o crescimento do técnico, que passa a reconhecer seus limites e abre-se para o crescimento conjunto, para a interação com as comunidades e com profissionais de outras áreas de atuação, assumindo o seu compromisso social, por meio de uma práxis multidimensional e pluriparticipativa, exercida com excelência criativa, estimulando a formação de comunidades de aprendizagem, na busca da construção conjunta de uma cultura cidadã, de museus mais inclusivos e da

melhoria da qualidade de vida. No nosso entender, esse é o seu maior mérito: a sua contemporaneidade. (SANTOS, 2018 p. 96)

O pensar a Museologia Social reveste-se também de significados e se faz necessário encontrar um conceito que traduz uma revolução museológica decorrente do processo anunciado na Declaração de Santiago do Chile, em 1972 e reforçado na Declaração de Caracas, de 1992.

Para Moutinho (2016), a Museologia Social é um conceito, que consiste na abertura do museu ao contexto social em que está inserido. O autor aqui cita a necessidade de uma mudança de pensamento por parte dos profissionais dos museus, exigindo uma formação visando a expansão da noção de patrimônio, a redefinição dos objetos museológicos, a ideia de participação comunitária não apenas enquanto público visitante, mas na gestão do museu e definição das práticas museológicas, o uso de novas tecnologias da informação e da museografia como um “meio autônomo de comunicação”. (MOUTINHO, 2016)

Segundo Moutinho,

A instituição distante, aristocrática, olimpiana, abecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonómicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica".(MOUTINHO, 2016 p.7)

Chagas e Gouveia (2014), descrevem a Museologia Social como uma museologia comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais, o combate aos preconceitos, a melhoria da qualidade de vida coletiva, o fortalecimento da dignidade e da coesão social, a utilização do resgate da memória, do patrimônio e do museu em favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas e dos movimentos sociais; Para os autores, existem museologias que não assumem esses compromissos.

A razão de ser da Museologia Social, está na relação direta com a sociedade, especificamente com as demandas dos segmentos sociais. Na museologia social não há padrões estruturais, científicos, filosóficos ou artísticos pré estabelecidos, pois compreende-se que o fazer museal é uma construção resultante de um contexto histórico, que não tem e não quer ter um caráter normativo e que apresenta respostas

para problemas também singulares e que, sobretudo, assume compromissos políticos e poéticos. (CHAGAS, PRIMO, ASSUNÇÃO, STORINO, 2018)

2.3 ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS NO BRASIL

2.3.1 A Origem do Ecomuseu

Em 1970, surgiu a ideia de um museu para o Creusot/ Borgonha, quando Marcel Évrard (1921-2009), após concluir diversas expedições ao redor do mundo, realizando principalmente coletas de objetos de arte primitiva para alimentar museus e galerias na França, retorna à sua propriedade na Borgonha; sua esposa, Michele Évrard (1929-2007), que era originária da região, atravessava uma doença grave, o que fez com que os dois permanecessem naquela localidade. Os vínculos estabelecidos por eles com a comunidade de Creusot os levariam a se envolver intensamente com a experiência do Ecomuseu.

Reconhecido no campo do museu francês por ter trabalhado na organização de exposições no Musée de l'Homme e por colecionar objetos de arte primitiva e mantido relações estreitas com galeristas e outros colecionadores, ele alimentava sua dupla paixão pela arte e pela etnologia. Em Creusot, ele se dispôs a organizar diversas exposições, fosse de arte primitiva, fosse de arte contemporânea, nos espaços públicos locais, como salões de festa e as salas da prefeitura. Nos eventos, Évrard iria se beneficiar do Centro de Ação Cultural (o CAC, ligado ao centro de Lazeres, Artes, Encontros e Cultura — LARC), criado no Creusot a partir de uma iniciativa de membros da população local, com um propósito de descentralização e de animação cultural, e que funcionava como uma Casa de Cultura sem estruturas permanentes.

Ao assumir a presidência, um dos militantes da cidade, Jo Lyonnet, tendo o propósito dar subsídio aos artistas locais, convida Évrard, como a primeira personalidade exterior à municipalidade do Creusot, para participar do que seriam as atividades que antecederiam o futuro Ecomuseu. Vislumbrando as experiências já realizadas no seio da comunidade, e tendo em vista a presença de Évrard no Creusot, o prefeito da cidade, Henri Lacagne (1909-1993), propõe a ele, a partir desta estrutura cultural já iniciada, a criação de *um museu*. Em 1970, tendo já criado o Cracap, Centro Nacional de Pesquisa de Animação e de Criação para as Artes Plásticas, Évrard precisava ainda de um espaço físico para acolher tal estrutura. Nesse momento, a

prefeitura do Creusot lhe oferece o Château de la Verrerie, antiga residência dos Schneider (tradicional família que comandara na região um “império” industrial até meados do século XX) com a condição de que ele criasse ali um museu para a cidade. A ocupação do antigo castelo, símbolo da indústria no Creusot, representava o início da reapropriação do patrimônio local de acordo com uma *gramática museal*. (FILHO, 2006; BRULON, 2015)

Nathalie Heinich (2009), ao escrever sobre a sociologia dos valores, destaca:

[...] o patrimônio em si mesmo pode ser entendido como uma categoria valorizada, de modo que o simples fato de se categorizar um artefato como patrimonial significa que a ele é atribuído um valor (Heinich 2009:151).

A autora ainda fala que podemos perceber o domínio patrimonial como indissociável de uma abordagem axiológica, já que, como ficou evidente no caso do museu do Creusot, ele envolve o julgamento de valor pessoal ou coletivo e um conjunto de emoções do grupo que enquadram a seleção do patrimônio. O processo de criação do Ecomuseu tratou de um alargamento progressivo do campo nacional dos objetos do patrimônio avaliados e/ou valorados (Heinich 2012:19) pela população do Creusot, que deixava de interpretar os seus próprios bens a partir de um sistema de valores disseminado pelas elites das metrópoles culturais para interpretá-los de acordo com os seus próprios valores e a sua *autoavaliação* mediada pelos agentes do museu.

O projeto passou a chamar a atenção de personalidades que marcariam a história do Creusot , Hugues de Varine-Bohan (1935-), Georges Henri Rivière (1897-1985) e Mathilde Bellaigue (1932-), foram atraídos pelo trabalho museológico desenvolvido por Évrard considerando a inovação da linguagem museal, que unia a abordagem dos “museus de sociedade” a uma abordagem de museus de arte. Essa inovação ocorreu principalmente pelo fato de que, como constataram Évrard e Varine, nas primeiras discussões sobre o Ecomuseu, localmente, um museu clássico não interessaria às pessoas, ainda que pudesse ser difícil que um museu de tipo indefinido fosse reconhecido pela Direção dos museus da França, como se provou mais tarde (Debary 2002 p.205).

A base do museu estaria nas pessoas e o que dava vida ao projeto era a possibilidade de se desfazer a ideia do paternalismo industrial estabelecido ao longo da história e a participação e criação da comunidade urbana do Creusot como uma “entidade autônoma”. Ao buscar um caráter interdisciplinar para o empreendimento,

Évrard decide que a melhor maneira de o colocar em prática é dando aos habitantes do Creusot, vitimados historicamente por um passado de dominação, a chance de tomar parte em suas próprias narrativas, da busca por suas memórias e identidade. Mathilde Bellaigue, que trabalhou ao lado de Évrard, como assistente entre 1976 e 1984, testemunhou os efeitos de uma história de desvalorização da população do Creusot através do desenvolvimento da indústria. Ela afirma que os habitantes tinham conhecimento da história do Creusot, do fato de que o Creusot havia feito uma parte da Torre Eiffel, a grande estação de Santiago do Chile, e o famoso Marteau-pilon do Creusot”, elementos esses, ligados à história da grande indústria local, porém o desenvolvimento de sua própria história eles desconheciam, pensavam não ter importância”. (BRULON, 2015)

Assim, o entusiasmo pelo trabalho de Évrard e de outros que atuaram ao seu lado era uma necessidade de se buscar autonomia de uma memória e de um patrimônio que não eram reclamados por seus herdeiros em razão de uma estrutura de poder rigidamente hierarquizada que se estabelecera ali por décadas. Como performance de uma memória coletiva em permanente evolução, o Ecomuseu não podia se equiparar a nenhum dos moldes preestabelecidos. (BRULON, 2015)

Segundo Évrard, a experiência do museu do Creusot era experimental e muito peculiar para ser enquadrada à de outros museus existentes (Évrard, 1976 p.9). Com efeito, ele partilhou com os parques naturais a preocupação ecológica, mas não se limitou a ela; além disso, o museu nasceu com uma preocupação artística fundadora, mas não se restringiu às exposições de arte. Como constata seu maior idealizador, a originalidade do Ecomuseu do Creusot, residia em sua ambição; ele visava grandiosamente o desenvolvimento cultural de uma população que, durante um século e meio viveu as transformações, as trocas e as tensões dos mundos agrícola e industrial, rural e urbano (BRULON, 2015); enfim, um grupo social em permanente mudança, e que precisava desenvolver os próprios meios de lidar com o seu patrimônio e a sua memória. Hugues de Varine-Bohan, como diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), conheceu o projeto de museu de Creusot em seu estágio inicial.

Varine-Bohan é natural da região da Borgonha e mostrou interesse pelo desafio que se apresentava; ele decide se associar ao projeto, passando a participar de reuniões com Évrard e Lyonnet, no Creusot, além de realizar entrevistas com outras lideranças locais. Nessa ocasião, o problema da institucionalização do Ecomuseu já se

apresentava, uma vez que na França ele não poderia existir sem a tutela de um ministério.

Buscando legitimar a nova ideia, ainda indefinida de museu, Varine estabelece uma discussão sistemática sobre o termo em âmbito nacional entre os especialistas e profissionais de museus, criando espaços para debates. Como diretor do ICOM, antes ocupado por Rivière, é ele quem o mantém em constante contato com o projeto do Ecomuseu e com a nova forma de se fazer museologia que se pretendia colocar em prática.

Rivière passa a aderir ao projeto no Creusot e em 1973, ao lado de Marcel Évrard, Rivière faz o “Primeiro esboço de uma programação museológica” (Bellaigue-Scalbert, 1989 p.164); Varine elabora um conjunto de proposições de atividades que concretizariam a implantação do “Ecomuseu” na comunidade, ao qual ele se referiria como “musée éclaté”. Criada naquele mesmo ano, a associação do Écomusée de la Communauté Urbaine du Creusot Montceau les Mines — Musée de l’Homme et de l’Industrie se estabeleceu com o fim de promover a participação da população da comunidade urbana, além do planejamento e do desenvolvimento da comunidade, considerando “a originalidade de seus membros e a diversidade de seus interesses” (Estatuto do Ecomuseu da Comunidade Urbana do Creusot Montceau les Mines, 1973). (FILHO, 2006; BRULON, 2015)

O Ecomuseu é criado na forma de uma associação, por meio de um estatuto a ela referente, diferenciando-se dos museus reconhecidos pelos poderes públicos por seu caráter não permanente, já que associações podem ser desfeitas quando deixam de cumprir a sua função original. Ela foi pensada como uma instituição de caráter convidativo às coletividades locais e vizinhas, abrindo as diversas vias possíveis para a participação almejada pelos idealizadores do projeto do Ecomuseu. Com essa nova ideia, estava não apenas a esperança de reavivamento do patrimônio local do Creusot por seus habitantes, mas um novo olhar, revolucionário na museologia francesa e mundial.

Pires e Chagas (2018), destacam que, com ideias que contrastavam na teoria e na prática com os museus clássicos, a proposta do ecomuseu permitia a construção de uma via alternativa e Hugues de Varine-Bohan passa a buscar uma sistematização teórico-experimental para essa nova experiência museológica. Varine, estabelece um quadro esquemático:

Figura 1: Sistematização teórico-experimental, segundo Hugues de Verine-Bohan



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Estamos aqui, diante de um novo paradigma; um marco histórico entre a museologia tradicional para um novo pensar museal, para uma nova museologia, baseada no reconhecimento da função social do museu, reconhecendo as relações entre território, sociedade e museu.

Segundo Varine (1973), podem-se considerar três gerações de ecomuseus que se sucedem no tempo: Pertencentes a primeira geração, desenvolvidos nos anos 70, seriam os museus ao ar livre, que privilegiam a conservação de elementos patrimoniais *“in situ”*, objetivando desfrutar um território ou uma paisagem. Este modelo aplicado por Varine, no caso francês, dimensiona o conceito de preservação à ideia de construção do território. A segunda geração, desenvolvida também nos anos de 1970, teríamos o ecomuseu dentro da lógica do desenvolvimento do território, que procura envolver as comunidades. Varine aplica ao ecomuseu de do Creusot, na antiga região industrial do Loire. A terceira geração, desenvolvida pelo ecomuseu do Haute Beauce, no Québec, a partir da década de oitenta. Concretiza-se a ideia de território, participação da comunidade e desenvolvimento.

Varine (1973), distingue dois tipos de museus pertencentes a uma mesma categoria, apresentando duas propostas alternativas de ecomuseu: Ecomuseu de Meio Ambiente e Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário. O Ecomuseu de Meio Ambiente, seria uma evolução do Museu Tradicional, um aperfeiçoamento dos “museus ao ar livre” escandinavos e das “casas do parque” americanas; Varine cita o progresso técnico de um modelo baseado em limites territoriais e que tem uma abordagem integradora, considerando o homem e o meio natural e cultural, não esquecendo também, das preocupações com os problemas locais. O Ecomuseu de

Desenvolvimento Comunitário seria experimental, além de uma “origem e essência comunitária”. As técnicas e princípios temporais e espaciais seriam as mesmas do Ecomuseu de Meio Ambiente, mas há aqui uma rejeição a qualquer tipo de normalização. O Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário seria um instrumento para o desenvolvimento das comunidades, não sendo a comunidade apenas seu objeto e público, mas sujeito de sua criação, ação e animação, com o apoio de outros tipos de associações comunitárias. (VARINE, 1973; DECARLI, 2003; SANTOS, 2017)

2.3.2 Os ecomuseus e museus comunitários no Brasil

Marco histórico das transformações ocorridas no universo museológico brasileiro e internacional, as últimas décadas do século XIX representam de certa forma, o desenvolvimento da Museologia. Pós década de 1970 acompanhamos a disseminação das inovações teóricas e metodológicas propostas pela Nova Museologia, influenciando diversas tipologias de museus e organizações não-museais como associações culturais, organizações não-governamentais, entre outras.

Dialogando com a nova museologia, surgiram iniciativas museológicas e como reflexo desse diálogo, experimentações foram desenvolvidas por adeptos ao movimento.

Entre as décadas de 1950 e 1990, algumas experiências foram realizadas no Brasil, e no final do século XX e início do século XXI, vamos observar o aumento do número de museus, que se denominam com as novas tipologias, se intitulando como ecomuseus ou museus comunitários.

No Brasil há uma crescente reivindicação da constituição de museus próprios por parte de diferentes grupos étnicos e movimentos sociais; eles veem a criação de instituições museológicas como um direito à memória, que possibilita a afirmação de sua identidade, fortalecendo a ideia de pertencimento a uma determinada coletividade.

Acompanhamos então, o crescimento dos museus comunitários, museus populares, museus étnicos, ecomuseus e museus temáticos em oposição aos museus nacionais no Brasil, mas também em várias partes do mundo.

Santos (2017), destaca que novas experiências museológicas surgem diariamente e que se identificam com os pressupostos da Nova Museologia e da Museologia Social, utilizando os termos “ecomuseu” e “museu comunitário” em suas

denominações, demonstrando propostas museológicas diferenciadas, se apropriam de novas tecnologias de comunicação, permitindo a abrangência de atuação para ambientes virtuais, facilitando não apenas uma maior interação intra-comunidade, mas também sua localização por pesquisadores/as e demais pessoas interessadas. A autora ainda cita que a utilização do termo “ecomuseu” no Brasil, assim como na França, “viralizou” ocorrendo, em muitos casos, um distanciamento das ideias e paradigmas inicialmente propostos para essa tipologia de museus. Com o termo “museu comunitário”, a autora demonstra a mesma preocupação, verificando uma diversificada compreensão do conceito “comunidade”. (SANTOS, 2017 p.192)

No Brasil, com a consolidação do projeto democrático, os museus estão sendo considerados agências de inclusão social e cultural, de desenvolvimento, de reconhecimento e de afirmação das identidades e da diversidade. As políticas públicas construídas para o setor, com o envolvimento de vários segmentos da sociedade e implantadas de acordo com as demandas dos trabalhadores de museus e dos grupos sociais, começam a dar frutos em diferentes regiões do país, não somente nos aspectos relacionados com a normatização e o funcionamento do setor, como também no apoio e incentivo aos cidadãos que se mobilizam para a construção de seus espaços de memória, com criatividade e uma vitalidade até então desconhecida. (SANTOS, 2018 p. 93)

Importante citar que diante do cenário apresentado, houve a preocupação dos profissionais da museologia em organizar o segmento, buscando através de ações concretas e de políticas públicas, um acompanhamento e aperfeiçoamento dos trabalhos museais.

Figura 2: Linha do tempo da museologia no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Com a implementação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), em 2006, que reuniu profissionais com o objetivo de mapear e cadastrar os museus do Brasil, foi possível a construção de uma cartografia museológica brasileira, organizando as informações do setor. (HOLLANDA, 2011)

Segundo Miranda (2011) o Cadastro Nacional de Museus,

“foi desenvolvido com o objetivo de recolher sistematicamente informações sobre os museus brasileiros e compartilhá-las amplamente com a sociedade, visando assim constituir-se não apenas em importante fonte de pesquisa, mas também em centro difusor dos museus brasileiros” (MIRANDA, 2011, p.13).

Outro marco histórico expressivo para o Brasil foi a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009 que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), colaborando com a implementação, no país, de uma política museológica que efetivamente democratiza o acesso aos museus, garantindo a todo cidadão o direito à memória e a usufruir do patrimônio cultural, artístico e social da nação.

Em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus, que é vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), lançou o Guia dos Museus Brasileiros (GMB). O GMB é resultado do trabalho realizado através do CNM, e apresenta aproximadamente 3.200 museus brasileiros mapeados, embora nem todos cadastrados.

Dentro dessa perspectiva Santos (2017) realizou um estudo, levantando dados referente ao número de ecomuseus e museus comunitários no Brasil. A pesquisa foi realizada entre os anos 2015 e 2017 e foi possível identificar 196 ecomuseus e museus comunitários.

Quadro 1: Museus comunitários e ecomuseus no Brasil

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
1968	Museu Conceitual do Distrito	Rio de Janeiro	RJ
1971	Ecomuseu do Ribeirão da Ilha	Florianópolis	SC
1971	Museu Comunitário Jeová Batista de Azevedo	Santa Luzia	PB
1979	Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller	Itapiranga	SC
1982	Ecomuseu Integrado de São Cristóvão	Rio de Janeiro	RJ
1983	NOPHEcomuseu de Santa Cruz	Rio de Janeiro	RJ

1983	Museu Memória do Jaçanã	São Paulo	SP
------	-------------------------	-----------	----

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
1984-1988	Museu Comunitário de Ipumirim	Ipumirim	SC
1987	Ecomuseu de Itaipu	Foz do Iguaçu	PR
1988	Ecomuseu da Fazenda Boa Vista	Roseira Velha	SP
1988-1991	Museu Magüta / Museu Comunitário dos Ticuna	Benjamin Constant	AM
1992	Fundação Casa Grande / Memorial do Homem Kariri	Nova Olinda	CE
1992	Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser	Novo Hamburgo	RS
1992	Memorial Mãe Menininha de Gantois	Salvador	BA
1993	Museu Capixaba do Negro "Veronica da Pas"	Vitória	ES
1992-1993	Museu Didático-Comunitário de Itapuã	Salvador	BA
1994	Memorial Lajuomim	Salvador	BA
1995	Ecomuseu da Picada	Rio Grande	RS
1995	Ecomuseu de Santa Cruz	Rio de Janeiro	RJ
1995	Museu Indígena Kanindé	Aratuba	CE
1996	Projeto CONDESUS Quarta Colônia	Silveira Martins	RS
1997	Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque	Oiapoque	AP
1997	Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental	Chapecó	SC
1997	Memorial Iyá Davina	Nova Iguaçu	RJ
1997	Museu Ilê Afro-brasileiro Ode Lorecy	Embu das Artes	SP
1997	Museu Comunitário Umbu	Alvorada	RS
1998	Casa Memória de Jaguaribara	Jaguaribara	CE
1998	Ecomuseu Rural	Bom Jardim	RJ
1998	Museu Comunitário Engenho do Sertão	Bombinhas	SC
1998	Museu do Futebol Douglas Bandeira	Carnaubeira da Penha	PE
1999	Museu Ilê Ohun Lailai (Casa das Coisas Antigas)	Salvador	BA

1999	Museu Comunitário Memorial do Quilombo de São Roque	Anajatuba	MA
------	---	-----------	----

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
1999	Eco-Museu da Ilha da Pólvora	Rio Grande	RS
2000	Museu Indígena da Aldeia Pataxó	Sta Cruz Cabralia	BA
2001	Museu Comunitário e Centro de Cultura Bororo de Meruri	General Carneiro	MT
2001	Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba	Fortaleza	CE
2001	Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão	Lauro de Freitas	BA
2002	Ecomuseu do Seringal Vila Paraíso	Manaus	AM
2002	Museu Comunitário de Percorso	Picada Café	RS
2002	Museu Brinquedim	Pindoretama	CE
2003	Ecomuseu UNIVALI	Porto Belo	SC
2003	Museu Treze de Maio	Santa Maria	RS
2003	Ponto de Memória Missioneira	S.Miguel Missões	RS
2003	Casarão da Memória Viva do Povo de Quixelô	Quixelô	CE
2003	Museu Eco-cultural Monte Olimpo	Meruoca	CE
2003	Memorial da Colônia Japonesa	Ivoti	RS
2003	Centro de Referência do Negro-Nilo Alberto Feijó	Porto Alegre	RS
2004	Museu Comunitário Professora Dona Tiquinha	Alto do Rodrigues	RN
2004	Ponto de Cultura Espaço Escola Africanamente	Porto Alegre	RS
2004	Ecomuseu do Carste	Matozinhos	MG
2004	Museu Comunitário do Poço Cumprido	Vicência	PE
2005	Museu Afro Omon Ajagunan	Lauro de Freitas	BA
2005	Ecomuseu Comunitário Graciliano é uma Graça	Maceió	AL
2005	Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau	Caucaia	CE
2005	Museu Comunitário e Centro de Cultura Xavantes de Sangradouro	Primavera do Leste	MT
2005	Ecomuseu da Serra de Ouro Preto	Ouro Preto	MG
2005	Museu Vivo de São Bento	Duque de Caxias	RJ

2005	Museu Vivo do Fandango	Cananéia e Iguape (SP), Guaraqueçaba, Paranaguá e Morretes (PR)	SP e PR
------	------------------------	--	------------

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
2006	Ecomuseu Casa da Cultura Miguel Reale	São Bento do Sapucaí	SP
2006	Ecomuseu Caminhamentos Sertão	Sobradinho	DF
2006	Ecomuseu de Maranguape	Maranguape	CE
2006	Museu Vivo Casa Cultural Povo Kokama Patriarca Cacique Geral Antonio Januario Samias	Tabatinga	AM
2006	Memorial e Espaço Cultural Casa do Leite	Cachoeirinha	RS
2006	Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro	Porto Alegre	RS
2006	Museu da Maré	Rio de Janeiro	RJ
2006	Ecomuseu do Sítio do Físico	São Luís	MA
2007	Ecomuseu da Amazônia	Belém	PA
2007	Casa da Memória de Porteiras	Porteiras	CE
2007	Ecomuseu de Manguinhos	Rio de Janeiro	RJ
2007	Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes	Blumenau	SC
2007	Ponto de Cultura e Memória Ibaô	Campinas	SP
2007	Ponto de Memória do Tropeirismo	Vitória da Conquista	BA
2007	Ecomuseu Ilha Grande	Angra dos Reis	RJ
2007	Museu Comunitário Indígena Pipipã	Floresta	PE
2008	Ecomuseu da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima	Divino	MG
2008	Casa de Memória do Tronco Velho Pankaruru	Tacaratu	PE
2008	Oca da Memória	Poranga	CE
2008	Ecomuseu da Lagoa dos Patos	Pelotas	RS
2008	Ecomuseu de Osasco	Osasco	SP

2008	Museu Usina Itinerante de Itabirito	Itabirito	MG
2008	Ecomuseu da Cultura do Vinho	Bento Gonçalves	RS
2008	Museu de Favela – Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (MUF)	Rio de Janeiro	RJ
2008	Espaço Pâvânh de Memória, Pesquisas, Produção e Formação Indígena	Nonoai	RS
2008	Museu Virtual Muká Mukaú – Portal da Cultura Viva Pataxó	Porto Seguro	BA

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
2009	Museu Comunitário do Pinhal Alto	Nova Petrópolis	RS
2009	Ponto de Memória da Terra Firme	Belém	PA
2009	Museu da Rocinha Sankofa Memória e História	Rio de Janeiro	RJ
2009	Catapoesia Museu Virtual /Ponto de Memória Recordança	Serra Negra (SP), Belo Horizonte (MG)	SP MG
2009	Ponto de Memória Museu do Beiru	Salvador	BA
2009	Ponto Memória Museu do Taquaril	Belo Horizonte	MG
2009	Ecomuseu do Mangue	Curuçá	PA
2009	Ecomuseu Nega Vilma	Rio de Janeiro	RJ
2009	Museu Comunitário do Grande Bom Jardim	Fortaleza	CE
2009	Museu Cultura Periférica	Maceió	AL
2009	Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre	Porto Alegre	RS
2009	Ecomuseu do Sertão Carioca	Rio de Janeiro	RJ
2009	Museu Indígena Maria FirminaMelo	Monsenhor Tabosa	CE
2009-2010	Museu Social da Brasilândia	São Paulo	SP
2009-2010	Museu Comunitário de Memória da Grande São Pedro	Vitória	ES
2010	Museu do Horto	Rio de Janeiro	RJ

2010	Museu Potyगतapuia	Monsenhor Tabosa	CE
2010	Ecomuseu de Sepetiba	Rio de Janeiro	RJ
2010	Museu da Boneca de Pano	Fortaleza	CE
2010	Museu Vivências e Memórias do Vale do Gramame	João Pessoa; Conde	PE
2010	Yny Heto Museu Povos Indígenas da Ilha do Bananal - Javaé e Karajá	Formoso do Araguaia	TO
2010	Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento	Rio de Janeiro	RJ
2010	Casa da Memória da Rede Fitovida	Belford Roxo	RJ
2010	Museu Indígena Jenipapo-Kanindé	Aquiraz	CE
2010	MAWO - Casa de Cultura Ikpeng	Parque Indígena do Xingu	MT
2010	Museu Mangue do Coque	Recife	PE

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
2011	Museu do Alto Sertão da Bahia	Caetité, Guanambi e Igaporã	BA
2011	Memorial Kisimbê Águas do Saber	Salvador	BA
2011	Ponto de Memória da Estrutural	Brasília	DF
2011	Museu da Periferia do Sítio Cercado (MUPE)	Sítio Cercado	PR
2011	Memorial do Imigrante Topa	Cerqueira Cesar	SP
2011	Memorial Kalunga Casa de Dona Lió	Monte Alegre de Goiás	GO
2011	Memorial do Quilombo de Outeiro	Monção	MA
2011-2012	Museu-Escola Povo Pankararu	Tacaratu	PE
2012	Ecomuseu Amigos do Rio Joana	Rio de Janeiro	RJ
2012	Museu Comunitário Casa Branca	Imperatriz	MA
2012	Museu da Beira da Linha do Coque	Recife	PE
2012	Museu dos Quilombos e	Belo Horizonte	MG

	Favelas Urbanos (MUQUIFU)		
2012	Centro de Memória Cohab Raposo Tavares	São Paulo	SP
2012	Museu Vivo do Barro	Cascavel	CE
2012	Ponto de Memória Memorial do Bumba Meu Boi de Maracanã	São Luís	MA
2012	Ponto de Memória Memorial do Povo de Baiacuí	Icatú	MA
2012	Museu da Indumentária e da Moda	Virtual	
2012	Museu Cevaci (Centro de Valorização da Cultura Ibiapinense)	Ibiapina	CE
2012	Ponto de Memória - Museu Comunitário Boi da Floresta	São Luís	MA
2013	Museu das Ilhas	Porto Alegre	RS
2013	Memórias do Cerro Corá	Rio de Janeiro	RJ
2013	Museu Integral da Comunidade de São Vítor	São Raimundo Nonato	PI
2013	Museu Quilombola do Ipiranga	Conde	PB
2013	Museu Comunitário da Serra do Evaristo	Baturité	CE
2013	Ecomuseu do Cipó	Jaboticatubas	MG
2013	Associação Ambiental Oiticica	Quixeré	CE

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
2013	Museu Comunitário Memorial do	São Luís	MA

	Divino de Porto Grande		
2013	Museu Comunitário da Cultura Popular Tambores e Maracás	São Luís	MA
2013	Ecomuseu do Valério	Cachoeiras de Macacu	RJ
2013-2014	Museu Comunitário de Araquém	Coreaú	CE
2014	Eco Museu Kaá-Atlântica	Rio de Janeiro	RJ
2014	Ecomuseu Pedra Fundamental de Brasília	Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Itapoã	DF
2014	Ecomuseu Dr. José Humberto	Rio de Janeiro	RJ
2014	Museu da Umbanda	Cachoeiras de Macacu	RJ
2014	Museu Ponto de Memória Sebastiana Rodrigues de Pinho	Monsenhor Tabosa	CE
2014	Museu Comunitário Casa de Izidória Lopes	Catanhede	MA
2014	Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne	Abadiânia, Águas Lindas, Alexânia, Corumbá de Goiás, Cocalzinho, Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto	GO
2014	Museu Comunitário do Ilê Ashé Olúfón Oxalufan	Monção	MA
2014	Museu Comunitário Morro da Providência	Rio de Janeiro	RJ
2014-2015	Ecomuseu Campos de São José	São José do Campos	SP
2015	Museu de Artes Lúdicas	Rio de Janeiro	RJ
2015	Mataquiri Museu	Cascavel	CE
2015	Museu Kapinawá	Buíque	PE
2015	Ecomuseu de Pacoti	Pacotí	CE
2015	Sala de Memórias de Queimadas	Horizonte	CE
2015	Ecomuseu de Mangaratiba	Mangaratiba	RJ
2015	Museu Wowkriwig (Sol Nascente)	Arco Íris	SP
2015	Museu Comunitário Social	Água Fria	BA

2015	Ecomuseu da Usina	Tanguá	RJ
MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
2015	Ecomuseu Mata do Índio	Delfinópolis	MG
2015	Museu Indígena Tremembé	Itarema	CE
2016	Museu Arqueológico Comunitário de Cumbe e Canavieira (MACC)	Aracati	CE
2016	Museu Indígena Pitaguary	Pacatuba	CE
2016	Museu das Remoções	Rio de Janeiro	RJ
2016	Museu Paiter A Soe	Cacoal	RO
2016	Manancial das Artes	São Paulo	SP
2016	Museu do Babaçu	Porto Velho	RO
2016 (2013)	Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	Lauro Muller	SC
2016	Museu Akam Oram Krenak	Arco Íris	SP
2017	Museu Comunitário de Caatingueirinha	Potiretama	CE
2017	Museu Comunitário Filhos de Obá	Laranjeiras	SE
2017	Museu Nhandé Manduá-Aty	Avaí	SP
Iniciativas museológicas sem data de fundação informada			
	Minimuseu Firmeza	Fortaleza	CE
	Ecomuseu Municipal Cachoeira das Emas	Pirassununga	SP
	Ecomuseu Praia do Hermenegildo	S. Vitória do Palmar	RS
	Ecomuseu Paranhana	Três Coroas	RS
	Museu Comunitário do Mucuripe	Fortaleza	CE
	Museu do Velho Xangô / Centro Espírita Preto Velho Canzuá do Velho Xangô	Carnaubeira da Penha	PE
	Casa de Cultura Kariri	Jundiá	SP
	Museu Indígena Potyguara	Monsenhor Tabosa	CE
	Ponto de Memória do Quilombo Sítio do Meio	Santa Rita	MA
	Ponto de Memória Quilombo Miranda de Santa Maria	Rosário	MA

	Ponto Memória Negros do Riacho	Currais Novos	RN
	Museu Comunitário e Territorial Fulni-ô	Águas Belas	PE
	Museu Indígena do Povo Anacé	Caucaia	CE

MUSEUS COMUNITÁRIOS E ECOMUSEUS NO BRASIL			
Ano de criação	Iniciativa museológica	Cidade	Estado
Iniciativas museológicas sem data de fundação informada			
	Ecomuseu Itatiaia	Itatiaia	RJ
	Museu Comunitário Mororó	Santana do Cariri	CE
	Museu Comunitário Histórias de Vida da Vila Embratel	São Luís	MA
	Casa de Cultura Pindu - Museu Comunitário de Ponta Grossa	Icapuí	CE
	Museu Indígena da Comunidade de Nazaré	Lagoa de São Francisco	PI
	Museu dos Kariri do Crato	Crato	CE
	Museu Cabaça de Colo	Monsenhor Tabosa	CE
	Museu Indígena Casa do João de Barro	Monsenhor Tabosa	CE
	Museu da T.I. Icatu	Braúna	SP
	Museu Terena da T.I. Araribá	Avaí	SP
	Ecomuseu da Comunidade de Colônia do Paiol	Bias Fortes	MG

Fonte: Adaptado de Suzy Santos (2017a)

Por meio do quadro é possível observar que a partir de 2008 no Brasil começaram a surgir iniciativas museológicas de se denominam ecomuseus ou museus comunitários de forma expressiva. O estado do Ceará é o que apresenta o maior número de iniciativa museológicas no período da pesquisa, contabilizando 38 ecomuseus e museus comunitários, seguido pelo estado do Rio de Janeiro, com 29 e São Paulo com 18; em Santa Catarina, conforme o levantamento realizado no período, temos 08 iniciativas museológicas que se denominam ecomuseus ou museus comunitários. Importante destacar que o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, foi instituído no ano de 2013 e não em 2016, como destacado na pesquisa realizada pela autora.

Figura 3: Ecomuseus e museus comunitários, no Brasil, por região :



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

É possível observar por meio do mapa, se considerarmos os dados por região, que o nordeste é a região que apresentou o maior número de iniciativas museológicas que se denominam ecomuseus e museus comunitários, seguida pela região sudeste. A região sul é a terceira região com maior número de ecomuseus e museus comunitários e as regiões norte e centro-oeste, apresentam o menor número das iniciativas museológicas estudadas.

2.4 O ECOMUSEU SERRA DO RIO DO RASTRO

O município de Lauro Muller, berço do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, está localizado ao sul do estado de Santa Catarina, ao norte da região carbonífera. Situado a 208 metros de altitude, Lauro Muller ocupa um território de 270 km² e uma população de 14.367 habitantes (IBGE, 2010).

A história do município está intimamente ligada a descoberta do carvão mineral, no sul do estado de Santa Catarina. A descoberta de carvão mineral no sul do estado, no final do século XVIII, mais especificamente na região que hoje corresponde ao município de Lauro Müller, é creditada aos tropeiros, grupos responsáveis por transportar tropas de gados do Rio Grande do Sul até São Paulo e Minas Gerais.

Tem-se registros de que por volta de 1820, as terras da localidade do Morro da Palha, ainda eram habitadas por indígenas, que durante o processo de colonização do território, foram dizimados. (LOPES, 2008 p.20).

O município foi colonizado por imigrantes italianos e é também conhecido como o berço histórico do carvão nacional. Lauro Müller surgiu aproximadamente em 1827, em virtude da exploração do carvão mineral, quando os tropeiros que passavam pela Serra do Rio do Rastro, em intercâmbio comercial entre os campos de Lages e Laguna, descobriram que as pedras pretas com que acendiam as fogueiras eram incandescentes.

Até o ano de 1905, o município recebeu vários nomes: Bom Retiro, Arraial da Mina e Mina dos Ingleses, esta última, comumente, chamada de Minas. Em 25 de setembro de 1905, passou a chamar-se Lauro Müller em homenagem ao catarinense Dr. Lauro Severiano Müller, que foi quatro vezes governador do Estado de Santa Catarina, senador, deputado federal, embaixador, ministro da Indústria, Viação, Obras Públicas e das Relações Exteriores.

A exploração efetiva do carvão só começou em 1874, com a construção da estrada de ferro Dona Thereza Christina, que ligava o porto de Imbituba à cidade. A estrada de ferro passou por várias fases e por mãos diferentes, iniciando com a sua construção pelos ingleses, passando por vários arrendatários até chegar às mãos do governo com a criação da Rede Ferroviária Federal. Importante citar que, o longo desse tempo, o município sofreu com três enchentes, sendo que a de 1887 e a de 1971 foram as que causaram maior número de mortes, danos consideráveis ao município e que mais prejudicaram as estruturas da estrada de ferro. As enchentes levaram não só os trilhos do trem, mas também objetos evocadores de memória, construções que eram consideradas importantes para a cidade e, infelizmente, vidas. (LOPES, 2008)

Após a enchente de 1974 e a destruição quase que completa dos trilhos, a estação ferroviária foi definitivamente desativada e o espaço passou a funcionar como

estação rodoviária, transporte que, aliás, estava se tornando mais efetivo e viável na região desde a década anterior. No ano de 2001, com o devido crescimento do transporte rodoviário, foi construída uma nova rodoviária em outro local da cidade e o prédio da antiga estação passou a ser ocupado por uma lanchonete, que funcionou no local até 2014, quando o prédio passou a assumir um novo papel no município. Naquele ano, a edificação que abrigou a estação ferroviária, a estação rodoviária e uma lanchonete, começou a ser restaurada para servir de sede do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro.

Osório e Pescador (2015), relatam que a Estação ferroviária teve sua construção num momento histórico para a região onde a ideia de progresso era difundida pela exploração capitalista do carvão mineral e, sobretudo, pelo uso do trem, que era considerado indicador de modernidade da época; marca, também, a vinda dos ingleses e o início da mineração, o que possibilitou o crescimento do distrito, que mais tarde se emancipou de Orleans. A estação ferroviária também evoca memórias, sejam elas memórias felizes das viagens e passeios ou memórias tristes como acidentes e as enchentes que provocaram a sua desativação; por constituir-se um lugar de memória, a estação desperta não somente lembranças, mas também esquecimentos.

As paisagens exuberantes de Lauro Muller, por vezes podem ficar ofuscadas pelos rastros de degradação causados por décadas de extração do carvão mineral. A economia do município está ligada à agricultura, à mineração, à indústria cerâmica, ao comércio de madeira e ao transporte rodoviário. Tem um subsolo muito rico em minérios, como já citado, o carvão mineral.

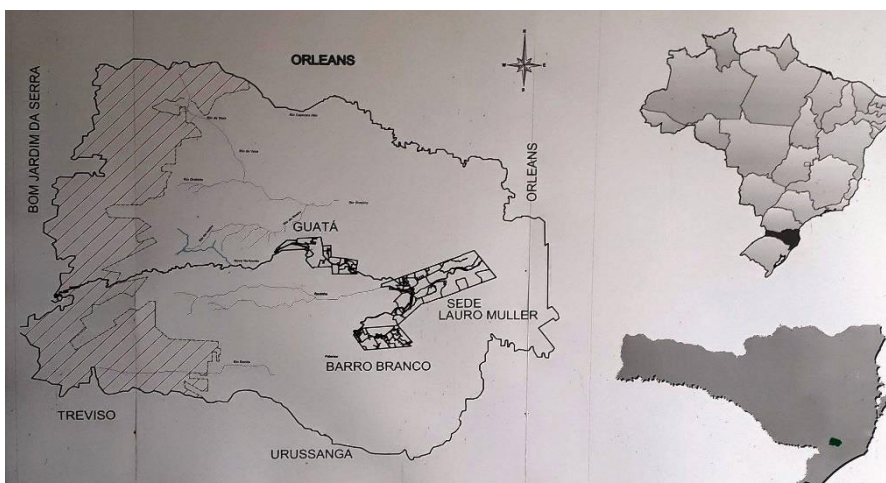
Na memória coletiva, de quem nasceu no município, ficaram os registros históricos de degradação ambiental, de perdas de vidas decorrentes da contaminação ou de acidentes provocados principalmente pela atividade de mineração de carvão; com a criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, vamos observar o despertar das memórias afetivas com o local, por vezes esquecidas, o sentimento de pertencimento e o desejo de ver e mostrar para o mundo, não mais paisagens degradantes, mas as belezas escondidas, restauradas ou que ainda estão preservadas.

Ao apresentar o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, é importante citar que, a criação do ecomuseu pretende primeiramente enfatizar a preservação do patrimônio ambiental. Em segundo lugar possibilitar o reconhecimento e a valorização e do patrimônio material e imaterial ligado as tradições e os costumes locais. Além disso,

potencializar o turismo rural, contribuindo na sustentabilidade dos que vivem no seu interior e seu entorno. Trabalhando de forma integrada entre o meio ambiente e as produções humanas vivenciando assim o cotidiano das comunidades locais.

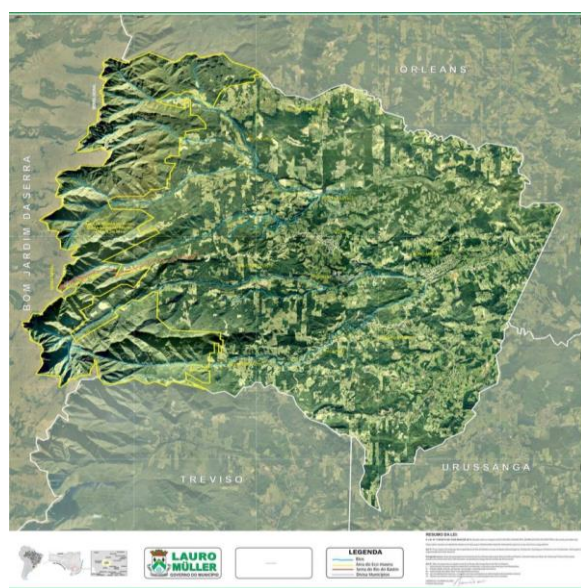
Instituído no ano de 2013 por meio da Lei municipal n. 1759, o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, localiza-se no município de Lauro Muller, Santa Catarina e a área de abrangência ambiental do Ecomuseu, transformada em bem de interesse público municipal, possui uma dimensão de 6.200 hectares, localizada ao longo das encostas da Serra Geral, fazendo divisas com Bom Jardim da Serra, Treviso e Orleans.

Figura 4: Localização geográfica, do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro



Fonte: Arquivo da prefeitura municipal de Lauro Muller, SC (2021)

Figura 5: O Ecomuseu Serra do Rio do Rastro



Fonte: Arquivo prefeitura municipal de Lauro Muller, SC (2021)

A ideia da criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, esta vinculada a Secretaria de turismo do município de Lauro Muller/SC, sendo que a sua sede está instalada na antiga Estação da Estrada de Ferro Thereza Cristina, na entrada da cidade.

Figura 6: Estação ferroviária - Sede do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro



Fonte: Gilmar Axé (2019)

Considerando as características específicas ao meio ambiente, algumas bases são necessárias para a estruturação do museu, definidas em um Colóquio realizado na França, em setembro de 1972 e seguindo o que foi definido por Varine (2000): “a todo museu que tem sua sede em um ambiente rural ou urbano e cujo programa coincide com esse ambiente, solicita-se, de acordo com as possibilidades da instituição”, o projeto de criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro trás como proposta:

- a) Realizar ou auxiliar um estudo intensivo desse ambiente, de caráter interdisciplinar, sob seus aspectos de patrimônio e de desenvolvimento culturais e naturais, ressaltando a transformações dos sistemas de relações que constituem o ambiente.
- b) Organizar fundos de documentos referentes a esses ambientes ou criados pelo museu
- c) Empreender uma política de aquisição de séries tipológicas e de conjuntos ecológicos de objetos e de espécimes, representativos desse ambiente.
- d) Informar ao público os bens culturais e naturais reunidos: exposições de longa duração, temporárias ou itinerantes, audiovisuais, programas de rádio e televisão.

- e) Estimular a população local a interagir com o ecomuseu.
- f) Conduzir diversas ações junto a seu público

Pensando nisso, o compromisso de instituições dessa natureza devem estar vinculados tanto com a preservação e difusão dos bens culturais, com a produção de conhecimento, e no caso do ecomuseu deve também estar a serviço do desenvolvimento da comunidade. O Museu vira ator e ferramenta do desenvolvimento cultural, social e econômico de um grupo determinado.

O funcionamento do Ecomuseu é baseado na participação ativa dos membros da comunidade. Assim os habitantes são chamados a tornar-se atores, mais do que figurantes, e a atuar na construção de um museu que é para eles e que está voltado para sua cultura – independente de qualquer visitante.

São dois os objetivos de criação do ecomuseu, primeiramente pelo potencial turístico do município, dessa forma o ecomuseu seria um novo equipamento para os visitantes, bem como potencializaria o turismo rural e com isso contribuiria na sustentabilidade dos pequenos agricultores que vivem no entorno. Em segundo lugar, o ecomuseu possibilitaria a valorização e preservação do patrimônio ambiental, material e imaterial ligado a vida campesina.

Figura 7: Paisagens Ecomuseu Serra do Rio do Rastro



Fonte: Arquivo da autora (2021)

Pretende-se através do ecomuseu, trabalhar de forma integrada o meio natural e as produções humanas. O espaço é composto por edificações que retratarão

aspectos das vivências no campo, como também aspectos da fauna e flora do meio, a exemplo de plantas nativas, cachoeiras, entre outros. A proposta do projeto do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro prevê o acesso dos visitantes a partir de visitas guiadas, participando de atividades educativas, além de degustar produtos gerados pela comunidade local.

Figura 8: Evento educativo do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro



Fonte: Arquivo prefeitura municipal de Lauro Muller

O Ecomuseu deve ser uma expressão do homem e da natureza. Por isso, o objeto neste contexto não é apenas o homem ou o meio ambiente que o cerca, mas a relação que se dá entre os dois e todas as possíveis relações entre o homem e o Real que acontecem no território determinado. Este museu é uma expressão do tempo, quando a interpretação remonta desde o momento da aparição do homem dividindo-se através dos tempos pré-históricos e históricos para chegar no tempo do homem do presente.

Nesse sentido, Chagas enfatiza:

Os museus comunitários ou ecomuseus são aqueles baseados na musealização de um território: “ênfase dada às relações culturais e sociais homem/território valoriza processos naturais e culturais, e não os objetos enquanto produtos da cultura; baseado no tempo social; pode conter exposições tradicionais, baseadas em objetos” (Chagas, 2008, p. 8)

Em sua multiplicidade comunitária, o ecomuseu constitui-se de uma comunidade e um objetivo: a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento desta comunidade onde famílias inteiras viram-se desamparadas economicamente.

Assim como em Creusot, na França, onde os habitantes eram vitimados historicamente por um passado de dominação da indústria que lá existia, os habitantes de Lauro Muller-SC, que nasceu a partir da descoberta e exploração do carvão mineral, também encontram a partir criação do Ecomuseu a possibilidade de tomar parte em suas próprias narrativas. Um território que contrasta belezas naturais exuberantes com a degradante atividade mineradora do carvão; pessoas, que (re)descobrem através do ecomuseu a importância do patrimônio cultural e imaterial, o despertar de uma vida comunitária, o senso de pertencimento, o resgate da memória e da identidade local, a possibilidade de uma vivência sustentável com o meio ambiente.

O Ecomuseu ao labutar em favor do desenvolvimento da comunidade deve levar em conta os problemas e questões colocadas em seu âmago tratando-os de maneira crítica analítica estimulando o processo de conscientização e a criatividade da população, para isso utilizando as informações do seu passado e presente para que ela venha a pensar o futuro de forma questionadora e esperançosa.

Figura 9: O Ecomuseu Serra do Rio do Rastro e a comunidade



No projeto inicial do Ecomuseu, procura incentivar a relação público/museu passando ser uma relação com a comunidade local (mas sem excluir o turismo cultural) apoiado no projeto educativo que visa uma educação transdisciplinar. O ponto central deste novo projeto não estava no objeto, mas no indivíduo e seu entorno. Lembrando que são os trabalhadores nativos e artesãos, parte da comunidade, ao mesmo tempo autores e espectadores de sua obra, que sabem como se dá esta realização, qual o preço do trabalho, que podem avaliar as horas necessárias, a paciência e a engenhosidade indispensáveis que lhes custam. O que eles produzem são o próprio reconhecimento de uma identidade e se alimentam de todo o progresso deste conhecimento.

Além do espaço onde está localizada a sede do Ecomuseu, o projeto prevê a implantação de um Centro Regional de Pesquisa Ambiental e Cultural – CERPAC, que devesse se localizar em um ponto estratégico dentro do espaço do Ecomuseu. O Centro será adequado para cumprir as necessidades básicas para receber pesquisadores, professores, alunos e público interessado na área de estudo e preservação, ambiental, Geológica e histórica. O projeto também evidencia que o Ecomuseu poderá assinar termos de cooperação com todas as instituições de áreas afins como: institutos, faculdades, universidades ou municípios.

Pode-se observar que o Ecomuseu é a instância onde se dá a noção de territorialidade, não sendo a realidade geral, mas sim local. O local significa uma dimensão da possível comunicação, que pode se dar tanto das pessoas em relação a elas mesmas, quanto das pessoas em relação às coisas. É uma comunicação refinada, detalhada, tocante, de uma pluralidade de sentidos. Este local significa também a singularidade, já que não permite a generalização.

Para Odalice Priosti (2007), o Ecomuseu “é um espaço de relações” entre uma comunidade e seu ambiente natural e cultural, onde se desenvolve, através das ações de iniciativa comunitária, um processo gradativamente consciente e pedagógico de patrimonialização, apropriação e responsabilização dessa comunidade com a transmissão, cuidada e transformação do patrimônio comum e, conseqüentemente, com a criação do patrimônio do futuro.

(...) uma ação museológica consciente da COMUNIDADE com o objetivo de desenvolver o TERRITÓRIO que habita, a partir da valorização da História Local e do PATRIMÔNIO (natural e cultural) nele existente. (NOPH – Ecomuseu de Santa Cruz. Disponível em <<http://www.quarteirao.com.br/oquefaz.html>>).

A partir dessa prática, a comunidade se conscientiza do seu papel e responsabilidade com o patrimônio, usando-o como um dos recursos para o desenvolvimento local. A experiência estética é um encontro que não consiste em assimilar ou integrar a beleza que nos proporciona a natureza ou a arte, mas em participar no mundo natural e no mundo artístico, ou seja, não é a beleza da natureza ou da arte que entra em nós; nós é que entramos nesse mundo. “Uma educação para a libertação e não para a dominação” plantar a semente, despertar o amor, o desejo de preservação e a conscientização dessas gerações são mister para o desenvolvimento da comunidade.

Nessa atuação pedagógico-museológica criam-se situações de pesquisa, leitura e interpretação do espaço/ território e das mudanças que nele ocorrem em função do tempo, de identificação e preservação de bens simbólicos coletivos, de construção de memória e identidade, de documentação.

O Ecomuseu tem por objetivo a valorização e preservação do patrimônio ambiental, cultural e suas diversas manifestações; estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo; universalidade do acesso e o desenvolvimento cultural e socioeconômico com a participação das comunidades.

Sobre a razão de ser, do ecomuseu, assim define Riviére

É um espelho no qual a população local se revê para descobrir a sua própria imagem, na qual procura uma explicação do território ao qual está ligada e das populações que lhe precederam, vistas como circunscritas no tempo ou em termos de continuidade de gerações. É um espelho que a população local mostra aos seus visitantes para que seja melhor entendida. (RIVIÉRE, *Apud* GUIMARÃES, LARA e LOPES, 2014, p. 3)

Lauro Muller possui muitos recursos naturais como a vegetação, os animais silvestres, a Serra do Rio do Rastro, a beleza dos cânions da Serra Geral, as cachoeiras, as grutas, os rios, os vales, as montanhas e o clima das estações, inclusive a neve.

A história do município de Lauro Müller traz em suas memórias a descoberta e exploração do carvão, visto como progresso econômico e responsável pelo surgimento de um município, modificando o meio natural ao longo da história. Mas é possível (re)ligar o homem, nascido em Lauro Müller, ao meio natural, despertando nele uma nova visão da reapropriação do espaço, buscando a sustentabilidade

ambiental, considerando que o município tem sua origem a partir da exploração do carvão?

É notório pois que, a partir da criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, um universo de possibilidades surgiu e o despertar das memórias afetivas e de pertencimento ao local, começou a fazer parte da vida dos habitantes de Lauro Muller. Cientes e conscientes de sua história vinculada ao carvão, esses habitantes passaram a olhar o território local, como patrimônio cultural e natural, como bem a ser cuidado e preservado. O olhar antes voltado para a atividade mineradora como sustentação econômica do município, agora volta-se para as belezas naturais locais, para a cultura local, para a agricultura familiar e para o desenvolvimento do turismo local.

2.5 A RELAÇÃO ENTRE ECOMUSEU E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para falar sobre a relação entre ecomuseu e desenvolvimento social, é necessário pois, um entendimento sobre o que é o desenvolvimento social.

Veríssimo e Santos(2008), colaboram com a nossa reflexão, trazendo a teoria ecológica da condição humana, de Bronfenbrenner (1978), onde o autor argumenta que as transações subjacentes ao desenvolvimento ocorrem à medida que os grupos de organismos interagem coletivamente com o ambiente, para criar um sistema dinâmico aberto de nível superior. Segundo os autores, inspirado pela noção de “campos ambientais” que modelam a ação humana, formulada por Lewin, Bronfenbrenner elaborou um modelo ecológico do “desenvolvimento humano em contexto social”, destacando o fenômeno de acomodação mútua progressiva entre a pessoa e os seus contextos sociais cotidianos

O desenvolvimento por ele entendido acontece através de processos progressivamente mais complexos de interação recíproca entre um organismo bio-social ativo e as pessoas, objetos e símbolos do seu ambiente envolvente. (BRONFENBRENNER, 1978 *apud* VERÍSSIMO E SANTOS, 2008 p.05).

Ainda colaborando para o entendimento da relação entre ecomuseus e desenvolvimento social, temos a contribuição de Maria Cristina Santos, quando a autora aponta os princípios norteadores da Nova Museologia:

(...) o reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos; a utilização da memória coletiva como referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade; o incentivo à apropriação e

reapropriação do patrimônio, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura; o desenvolvimento de ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as coleções; a socialização da função de preservação; a interpretação da relação entre o homem e o seu meio-ambiente e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais; a ação comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social. (SANTOS, 1999, p. 12)

Para Santos (1999), este processo contribuiu para que parte da comunidade museológica compreenda a relação território-patrimônio-comunidade como indissociável e a participação da comunidade na interpretação de seus símbolos *'in situ'* como fundamental para o estabelecimento de uma relação entre museus e sociedade. Estas ideias colaboraram para uma maior compreensão do conceito de patrimônio cultural e a aproximação da museologia com os problemas sociais, econômicos e políticos locais.

Como vimos, o termo Ecomuseu está ligado a uma experiência comunitária francesa, na região industrial das cidades de Creusot (siderurgia) e Montceau les Mines (carvão), entre os anos 1971-82. De acordo com o depoimento de Hugues de Varine, o Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau les Mines, nasceu sob noções de ecologia humana, de comunidade social, de entidade administrativa e, sobretudo, da definição do território e da vontade de contribuir ao seu desenvolvimento.

Para aqueles habitantes, o ecomuseu representava um fator de construção comunitária, apresentando uma inovação: a relação entre patrimônio e sociedade demonstrada pelo sentimento e pela ação. Para eles, os testemunhos do passado, traços de identidade de um território, eram de responsabilidade coletiva servindo de instrumento de educação popular para a invenção criadora do futuro.

Considerando-se os princípios e características do ecomuseu de território, faz-se necessário a definição de alguns conceitos relacionados ao desenvolvimento social, bem como, alguns princípios que deverão nortear as políticas públicas para as áreas em questão.

Para Righi, Pasche e Akerman, promover o desenvolvimento social é:

[...]refutar a idéia de que somente o crescimento econômico possa gerar melhorias nas condições de vida através da teoria do "gotejamento", ou que, "só com o crescimento do bolo" é que se pode levar benefícios aos mais pobres. Com isso entende-se o desenvolvimento não só como melhoria do capital econômico (fundamentos da economia, infra-estrutura, capital comercial, capital financeiro, etc) e do capital social (valores partilhados,

cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade). (RIGHI, PASCHE e AKERMAN, 2006 p. 11)

Com relação ao desenvolvimento social, as contribuições de Federico Mayor Zaragoza e o documento Perspectivas Educativas da UNESCO para o Século XXI, quando cita os quatro desafios a serem enfrentados: estabelecer a paz; combater a pobreza; garantir o desenvolvimento sustentável; promover a autodeterminação, que se obteria através da educação para todos durante toda a vida.

Diante de tantos desafios, Zaragoza propõe quatro tipos de novos contratos - o social, que procura incluir, democraticamente, todos os excluídos, os desconectados; o ecológico, promovendo a educação e a prática do respeito ao meio ambiente; o cultural, diretamente ligado à formação da cidadania e envolvendo a educação para a paz e para o conhecimento; o ético, para a promoção da democracia.

Encontramos em Mattos (2006), a citação de Ignacy Sachs sobre o que seria necessário ao desenvolvimento desses contratos no âmbito da relação com o social: emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Para o ecológico, ambiental, territorial: preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis; limitação do uso dos recursos não renováveis; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras (conservação da biodiversidade pelo eco desenvolvimento); melhoria do ambiente urbano; configurações urbanas e rurais balanceadas.

Para o cultural: equilíbrio entre o respeito à tradição e inovação; autoconfiança combinada com abertura para o mundo. Para o ético/nacional: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; um nível razoável de coesão social.

Para o ético/internacional: eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, promovendo a paz e a cooperação internacional; proteção da diversidade biológica e cultural; gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade; Quando se fala em desenvolvimento social, inserimos aí, também, o conceito de desenvolvimento sustentável, que, no âmbito da cultura ganha significado através da preservação das condições que tornam possíveis a renovação ou continuidade do uso, desfrute e transmissão dos bens culturais sem esgotá-los ou deteriorá-los.

Entre as características comuns a todos os modelos de ecomuseus comunitários vigentes atualmente, importante citar: A participação ativa, criadora e colaboradora da população envolvida; as ações e processos inspirados nas especificidades locais; a importância da ideia de território (espaço vivido) enquanto museu; a apropriação coletiva de patrimônio/coleção. Essas características aparecem nos princípios de desenvolvimento social sustentável defendidos por Zaragoza e Sachs. (MATTOS, 2006 p. 4)

O desenvolvimento social, portanto, não pode ser reduzido meramente ao crescimento econômico pois também envolve a justiça distributiva, as liberdades políticas e os direitos civis, as oportunidades sociais, a transparência na esfera pública e privada e a proteção social.

É evidente aqui, que não se pode falar de desenvolvimento social, sem que esteja incluso a educação, a saúde, o crédito, o acesso a bens públicos, dos patrimônios materiais e imateriais e de todos os ativos indispensáveis à autonomia, para uma boa qualidade de vida.

Nesse sentido, buscando um desenvolvimento social, no sentido amplo da palavra, percebe-se a necessidade de valorização da história e cultura local, a divulgação do patrimônio natural além de se potencializar o turístico de Lauro Müller; visando também a necessidade da preservação dos bens naturais, o Ecomuseu, vem ao encontro dos anseios de uma população cada vez mais consciente da necessidade de preservar tanto bens naturais como culturais. .

A criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, em Lauro Müller, contempla as necessidades da comunidade e do meio ambiente da região pois o Ecomuseu vai além da ecologia; seu conceito é mais complexo e como vimos, o termo está ligado a numerosos outros conceitos como o de território, espaço como objeto de interpretação, sistema museográfico, instituição administrativa, preservação ambiental dentre outros, lugar de memória viva.

O ecomuseu é uma instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade. Por essa razão, ecomuseu é um instrumento de participação popular no planejamento do território e no desenvolvimento comunitário. Para tanto, o ecomuseu emprega todos os recursos e métodos de que dispõe para fazer com que essa comunidade apreenda, analise, critique e domine de maneira livre e responsável os

problemas que se apresentam a ela em todos os domínios da vida. O ecomuseu utiliza essencialmente a linguagem do objeto, do quadro real da vida cotidiana, das situações concretas. Ele é, antes de tudo, um fator almejado de mudança (VARINE, 2000, p.62)

A implantação de um ecomuseu municipal junto à população, trás consigo a importância para o desenvolvimento local e regional. O Ecomuseu contribuirá para salvaguardar as diversidades de ações e objetos carregados de saberes dos seres humanos dispersos em uma sociedade mutante, constantemente transformada por ela mesma.

Caminhando por essas veredas, a museologia vem adotando procedimentos que promovem a cultura de uma comunidade, tendo o acervo museológico como centro de suas atividades, visando promover a participação, a reflexão crítica e a transformação da realidade social, integrada à apropriação de uma cultura museal. Consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca.

O Ecomuseu deve ser uma expressão do homem e da natureza. O homem é ali interpretado a partir do aspecto natural e a natureza está presente em seu aspecto selvagem, mas também tal como a sociedade tradicional e a sociedade industrial a transformaram à sua imagem. Por isso, o objeto neste contexto não é apenas o homem ou o meio ambiente que o cerca, mas a relação que se dá entre os dois e todas as possíveis relações entre o homem e o Real que acontecem no território determinado.

(SOARES, 2006)

O município de Lauro Muller, não dispõe de nenhum ação atuante na zona rural, por isso o ecomuseu retratará as experiências e vivências do homem do campo e seu contato com o meio. A proposta dessa modalidade de museu, conforme Varine é “O ecomuseu se tornaria o lugar onde se encontram aqueles que agem sobre o ambiente, aqueles que sofrem sua ação e aqueles que refletem sobre ele” (VARINE, 2000, p. 67).

Nesse sentido, Mattos (2006), aponta que a relação entre ecomuseu e turismo segundo pode ser destacada em quatro pontos principais:

1.A ética no turismo cultural exige dos agentes atuantes que o visitante combine o conhecimento criativo com o desfrute de seu tempo livre, favorecendo principalmente, a participação em um contexto social que lhe sendo desconhecido, o convida a participar da vida e saberes locais da comunidade anfitriã;

2.O turismo cultural se vincula ao patrimônio enquanto parceiro de um conjunto de contribuições de uma cultura, povo ou comunidade, que mostra através de suas expressões, o testemunho de sua própria identidade. Esta vinculação é única e excepcional e constitui um recurso não renovável. O patrimônio cultural não pode se constituir em um produto de consumo, nem estabelecer com o visitante uma relação superficial.

3.Frente ao turismo cultural, os museus devem promover a participação ativa das comunidades locais, tanto no planejamento e na sua gestão patrimonial, como na operação turística;

4.Do ponto de vista econômico, a comercialização do turismo cultural baseado em recursos patrimoniais, deverá entender rentabilidade nas dimensões econômica, social e meio ambiental.

Considerando as reflexões propostas, há que se observar as concepções de ecomuseu, como local privilegiado de problematização das relações contemporâneas entre homem, natureza e museu; pode-se, assim, visionar uma nova dinâmica para a museologia contemporânea: mais do que peças depositadas nas vitrines, misturadas entre si e os acervos passam a serem entendidos como fontes vivas de cultura, testemunhos que dialogam com o público sobre as civilizações, falam dos hábitos, dos êxitos e insucessos das sociedades humanas, da história mesmo da humanidade (SOARES, 2006).

Nesse sentido, o Ecomuseu chega ao público, que passa a trabalhar com ele, participando da vida das coletividades – assim, os projetos desenvolvidos nessas novas instituições buscam reconhecer o trabalho das associações de pessoas e desenvolver concepções museísticas que valorizam o patrimônio natural e cultural, sistematizam o turismo cultural local e preservam a memória social, dentre outras ações realizadas na e pela comunidade. Fundamentalmente, quando se trata de ecomuseu, sua missão geral é entendida, justamente, como a síntese das relações entre homem-território estruturadas na ideia de se conservar certas regiões, suas espécies animais e vegetais, carregados de saberes dos seres humanos dispersos em uma sociedade mutante, constantemente transformada por ela mesma.

A Museologia adota procedimentos que promovem a cultura de uma comunidade, tendo o acervo museológico como centro de suas atividades, visando promover a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social integrada

à apropriação de uma cultura museal. Consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca.

2.6 NATUREZA-SOCIEDADE: CONTRIBUIÇÕES DA ECOLOGIA SOCIAL

A ideia de natureza vem se reestruturando ao longo da evolução das ciências naturais e sociais. Assim, as conceituações produzidas sobre o termo natureza apresentam diferenças muito expressivas, que acabam por redefini-la constantemente enquanto objeto de conhecimento, percorrendo caminhos que vão desde a geografia, da ecologia, da biologia e das mais diversas áreas de conhecimento. Os obstáculos surgem quando se pretende determinar se a natureza é ou deve ser objeto do seu estudo, se ela é a estrutura da vida social ou, ao contrário, uma categoria separada do social. Embora existam distâncias e diferenças nas abordagens sobre a natureza, vindas de distintos âmbitos do conhecimento, não é menos verdadeiro dizer que, na atualidade, ela encontra um lugar de destaque na análise de significativas práticas científicas e sociais. Nas ciências sociais, pelas consequências sociais atuais e futuras dessas intervenções, e pelos embates sociais que o acesso à natureza e seus atributos vêm desatando em diferentes lugares do planeta. Em ambos os casos, as implicações envolvem diferentes escalas geográficas.

Buscando compreender a Ecologia enquanto ciência é necessário reportar-se ao final do século XIX, onde destacam-se entre os precursores mais próximos, Humboldt, geógrafo, cujo *ensaio sobre a geografia das plantas*, foi considerado o primeiro sistema de classificação das formas biológicas e contribuiu para a posterior ampliação do espaço de observação científica à escala planetária, como Darwin, a quem se deve a introdução de uma concepção dinâmica e evolutiva do tempo. O termo, Ecologia, começou por ser utilizado por Haeckel em 1866 na sua “Morfologia geral do indivíduo” explicando então que a o *ekologie* tinha por objeto descrever a teia de relações complexas que ligam os seres vivos ao ambiente que os rodeia, compreendendo em sentido mais amplo, o que Darwin chamara todas as “condições de existência”. Haeckel escreveu:

Por ecologia, nós queremos dizer o corpo de conhecimentos relativo à economia da natureza – a investigação de todas as relações do animal, tanto com seu ambiente orgânico quanto com seu ambiente inorgânico, incluindo acima de tudo suas relações amigáveis e não amigáveis com aqueles animais e plantas com os quais ele entra em contato direto ou

indireto –; em outras palavras, Ecologia é o estudo de todas as complexas relações referidas por Darwin como as condições da luta pela existência (RICKLEFS, 1996 p. 1).

Com a origem na biologia, o conceito de Ecologia significa o estudo das relações entre organismos e ambiente. Já na ciência social restringe-se à sinecologia humana - Ecologia comunitária; estuda as relações entre grupos humanos (populações) e seus respectivos ambientes, principalmente os ambientes físicos. Entre os cientistas sociais pode-se encontrar uma série de diferenças na definição de ecologia, relacionadas, sobretudo, com o grau de abrangência e os critérios de identificação do campo da ecologia.

Já a Ecologia social é um conceito criado pelo geógrafo Elisée Reclus em fins do século XIX e reapropriado pelo filósofo Murray Bookchin nos anos de 1960. A teoria sustenta a ideia que os problemas ecológicos atuais estão arraigados e profundamente assentados em problemas sociais, particularmente no domínio dos sistemas políticos e sociais hierarquizados. Estes resultaram de uma aceitação não-crítica de uma filosofia do crescer ou morrer. Sugere também que não é possível fazer frente a tais problemas através de ações individuais como o consumismo ético, mas precisa estar relacionado a formas de pensamento éticos mais profundas e atividades coletivas fundamentadas em ideais democráticos radicais (libertários). A complexidade das relações entre pessoas e a natureza é enfatizada, junto com a importância de se estabelecer estruturas sociais que possam levar em conta tais relações.

Os debates sobre a natureza e as formas autoritárias derivadas do modo de se relacionar com ela, ganha outra dimensão com a ecologia social de Murray Bookchin. O autor admite que a humanidade não é vista como elemento isolado da natureza, mas sim como um saber natural de si mesmo. Uma hierarquia não-natural surgiu na sociedade, causando alienação dos indivíduos humanos. O caminho para salvar os ecossistemas, segundo o autor, é acabar com toda forma de hierarquização humana (incluindo as de raças, sexo e classes sociais), o que nos faria retornar a sanidade ecológica natural.

A ecologia social, tal como a concebo, não é mensagem primitivista tecnocrática. Tenta definir o lugar da humanidade "na" natureza - posição singular, extraordinária - sem cair num mundo de cavernícolas anti-tecnológicos, nem levantar voo do planeta com fantasiosas astronaves e estações orbitais de ficção científica. A humanidade faz parte da natureza, embora difira profundamente da vida não humana pela sua capacidade de pensar conceitualmente e de comunicar simbolicamente.(BOOKCHIN, 2002)

O autor enfatiza que a natureza não é composta somente por elementos que vão compor a paisagem; a natureza é a evolução na sua totalidade, tal como o indivíduo é a sua própria biografia e não a simples edição de dados numéricos que exprimem o seu peso, altura, talvez "inteligência" e assim por diante. Bookchin ainda destaca que os seres humanos não são unicamente uma entre muitas formas de vida, forma especializada para ocupar um dos muitos nichos ecológicos no mundo natural; eles são seres que, pelo menos potencialmente, podem tornar autoconsciente e, por conseguinte, autodirigida a evolução biótica.

Com isto não quero dizer que a humanidade chegue a ter conhecimento suficiente da complexidade do mundo natural para poder ser o timoneiro da sua evolução, dirigindo-a à sua vontade. As minhas reflexões sobre a espontaneidade sugerem prudência nas intervenções sobre o mundo natural, (sustentam que se requer) grande cautela nas modificações a empreender. Mas, como disse em "Pensar Ecológicamente", o que verdadeiramente nos faz únicos é podermos intervir na natureza com um grau de autoconsciência e flexibilidade desconhecido nas outras espécies. (BOOKCHIN, 2002)

Se a intervenção humana no meio natural é criadora ou destrutiva é problema que devemos enfrentar em toda a reflexão sobre a nossa interação com a natureza. Se as potencialidades humanas de auto direção consciente da natureza são enormes devemos contudo, segundo Bookchin (2002), recordar que somos hoje ainda menos que humanos.

A ecologia social, idealizada e defendida por Bookchin, sugere também que não é possível fazer frente a tais problemas, de forma realmente efetiva, apenas através de ações individuais como, por exemplo, o consumismo ético, mas sim através de atividades coletivas fundamentadas em ideais democráticos e libertários radicais. A complexidade das relações entre os seres humanos e a natureza é enfatizada pela ecologia social, juntamente com a importância de se estabelecer estruturas sociais que possam levar em conta tais relações. Se a natureza é fonte de liberdade, participação, solidariedade e apoio mútuo, então as estruturas sociais que organizam as sociedades humanas também assim poderiam ser.

A ecologia social é idealizada como sendo um espaço no qual se apresentam os problemas ecológicos arraigados no seio dos problemas sociais. Ela possibilita a ampliação das compreensões dos contextos sociais e ecológicos contemporâneos.

"Mi propósito al desarrollar la ecología social durante las pasadas décadas ha sido francamente en un propósito ambicioso: presentar una filosofía, una concepción del desarrollo natural y social, un análisis profundo de nuestros problemas sociales y medioambientales y una alternativa utópica

radical – hasta el día de hoy nunca he evitado el uso de la palabra utópico – a la crisis social y medioambiental actual”. (BOOKCHIN, 1999 p. 40)

Considerando as reflexões propostas pelo autor, percebemos a ecologia social como um mecanismo que busca respostas e alternativas para os crescentes problemas ambientais que assolam a vida do planeta e da humanidade; ela engloba a compreensão desses fenômenos num sentido de totalidade, mas não esquecendo as especificidades. O autor ainda contribui com a seguinte reflexão:

“En vista de los enormes conflictos que enfrentamos, nuestra era necesita un saber más abarcativo y penetrante, tanto científico como social, para tratar nuestros problemas. Sin renunciar a los beneficios de las primeras teorías científicas y sociales, debemos desarrollar un análisis crítico más profundo de nuestra relación con el mundo natural. Tenemos que hallar las bases de un acercamiento más reconstructivo a los graves problemas creados por las ciencias tradicionales, de subdividir los fenómenos y examinar sus fragmentos. Tenemos que combinarlos, relacionarlos, y verlos tanto en su totalidad como en su especificidad. En respuesta a esta urgencia, hemos creado una disciplina única: la ecología social”. (BOOKCHIN, 1999 p. 98).

É indiscutível que em pleno ápice do progresso e da razão, a complexidade da mudança sociocultural, política e econômica mergulhou todas as sociedades numa crise profunda que tende inclusive a pôr em risco a sobrevivência da espécie humana.

Portanto, estamos num período histórico de paradoxos estruturados pela sofisticação e o desenvolvimento das capacidades e possibilidades científicas e tecnológicas. Entre as várias manifestações em que se corporiza essa realidade, surge a atividade econômica com um desenvolvimento das funções de produção e de consumo de bens e serviço. Porém a riqueza produzida não se traduz numa distribuição e apropriação equitativa pelos diferentes indivíduos, grupos e classes sociais que constituem as diferentes sociedades. Ao mesmo tempo, a relação do homem com a natureza tende a agravar-se, e o desequilíbrio vem como resultado, destruindo progressivamente a harmonia ecossistêmica.

A ecologia social idealizada por Bookchin, propõe a inquietude necessária para instigar a busca pelas diferenças que constituem os seres e as coisas. Encontramos aí, entre esses seres, os seres humanos. O autor propõe através da ecologia social, um importante instrumento de crítica à ordem social vigente, pois sua proposta é de investigação das fases e das relações que compõem a criação e o desenvolvimento da humanidade, toda evolução até o seu contexto social. Sua pretensão não é de ser apenas uma crítica à humanidade dissociada do meio natural, pois a ecologia social transcende esse pensamento uma vez que compreende a

necessidade de (re) ligar, de restabelecer os vínculos entre a humanidade e o meio natural. A proposta da ecologia social é a compreensão da totalidade dos fenômenos, buscando discernir as formas e as estruturas das inter-relações nos espaços sociais e naturais, encontrando no holismo, o suporte necessário, compreendido como produto de esforço consciente para entender como e

estão dispostos os elementos particulares de uma comunidade, fazendo do todo mais do que a soma das partes.

La historia nos da la esperanza de una solución a los problemas de jerarquía y dominación. El conocimiento es decir, conocer y trascender nuestro primer acto de auto-transgresión, es el primer paso en la terapia de una patología personal represiva. Pensar sin acción, teoría sin práctica, sin embargo, significaría renunciar a cualquier responsabilidad social.(BOOKCHIN, 1984 p. 167)

A totalidade é entendida por Bookchin como princípio unificante de uma ecologia da liberdade; a totalidade compreende as variadas estruturas, articulações, mediações, composições, memórias, histórias, que dão ao todo uma rica variedade de formas, conferindo a ela propriedades qualitativas únicas. Segundo o autor:

“Lo que hace de la unidad en la diversidad de la naturaleza algo más que una sugestiva metáfora ecológica para la unidad en la diversidad de la sociedad es el cimero concepto de totalidad. Por “totalidad” entiendo los variables niveles de realización, un despliegue de las particularidades que están latentes en una potencialidad aparentemente no desarrollada todavía. Esta potencialidad puede ser una semilla recién plantada, un niño recién nacido, una comunidad recién surgida, o una sociedad recién iniciada”. (BOOKCHIN, 1999 p. 111).

A forma como Bookchin apresenta a concepção de totalidade, remete nosso pensamento à ecologia social buscando compreender o seu maior desafio, que é transcender as noções convencionais de hierarquia; é essa compreensão que distingue o caráter libertador da perspectiva ecológica. Ao tentar explicar o contexto social humano inserido em outras comunidades animais ou vegetais, tal qual destaca Bookchin, encontramos o sistema opressor que se apresenta no contexto de nossa sociedade e reforçamos a ideia de submissão da natureza diante do poder humano.

O autor ainda escreve que para a ecologia social, essa noção de que o ser humano deve dominar a natureza vem diretamente da dominação do homem pelo homem. Bookchin observa que essa tendência humana encontra seu mais exagerado desenvolvimento no capitalismo moderno; os seres humanos e todos os aspectos da natureza são convertidos em bens, um recurso para ser manufaturado e negociado sem preocupar-se com a essência. A valoração do nosso meio ambiente é simplificada como algo que já internalizamos como correto e necessário.

Considerando o exposto, percebemos que a ecologia social não concede espaço algum para a explicação hierárquica tanto da natureza, quanto da sociedade, desafiando o seu princípio de estabilidade e ordem em ambos os domínios; a análise desses espaços precisa ser considerada à luz do conceito de totalidade expresso por Bookchin, e exige nessa totalidade o resgate de memórias e valores abandonados ou esquecidos; exige um olhar contemplativo do meio natural e não o olhar mercantil. Compreendemos assim que natureza e sociedade não estão dissociadas; a natureza é uma pré-condição para o desenvolvimento da sociedade, assim como a sociedade é parte fundamental do mundo natural.

O autor também analisa a presença do Estado; argumenta através de seus estudos que somente com o advento do capitalismo as relações hierárquicas vão se difundir no contexto das sociedades de classes, se sobressaindo com o surgimento do Estado moderno; o Estado, segundo Bookchin, se utiliza das relações hierárquicas, atuando no contexto da subjetividade social, fazendo com que as pessoas, alienadas, se autocondenem, livrando-o da responsabilidade sobre os problemas sociais e ecológicos que se apresentam.

[...]La jerarquía, la clase, y finalmente el Estado, penetran el tegumento de la psique humana y establecen en ella poderes internos de coerción y constreñimiento. En este sentido, logran una autoridad “sanadora” que ninguna institución o ideología puede tener la esperanza de comandar. (BOOKCHIN, 1999 p. 213- 214).

Convicto e coerente com seus pensamentos, Bookchin nos apresenta um conjunto de possibilidades para superação das relações de dominação que se estabelecem entre os seres humanos e destes com a natureza.

“La concepción de una sociedad ecológica debe comenzar por un sentido de seguridad de que la sociedad y a la naturaleza no son inherentemente antitéticas.” (BOOKCHIN, 1999 p. 467).

O autor afirma que a constituição de uma sociedade ecológica não poderá deixar de considerar que humanidade e natureza estão interconectadas e são interdependentes, num sentido de totalidade ecológica. Porém essa consciência de interdependência ainda não é coletiva; aceitamos ainda a ideia de que o desenvolvimento social só é alcançado por meio da exploração do meio natural, e não compreendemos a noção de um desenvolvimento concebido como um todo que envolve, ao mesmo tempo, a sociedade e a natureza, de forma sustentável.

2.7 DIÁLOGOS ENTRE SABERES, SOBRE A (RE)APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

O saber ambiental surge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual; ele não é “a busca de um paradigma globalizante do conhecimento, a organização sistêmica do saber e a uniformização conceitual por meio de uma metalinguagem interdisciplinar” (LEFF, 2002, p. 163). Assim, além do propósito de formular uma metodologia geral para o desenvolvimento do conhecimento, ele problematiza o conhecimento, sem retirar de cada ciência as suas especificidades. Leff (2002), destaca que a produção científica se inscreve nessas condições ideológicas, não só porque o cientista, como sujeito da ciência, é, desde sempre, um sujeito ideológico, mas também porque suas práticas de produção de conhecimento estão estreitamente vinculadas às ideologias teóricas e modeladas no tecido do saber de onde emergem as ciências, e onde se debatem permanentemente em um processo interminável de emancipação, de produção e especificação de seus conhecimentos.

A reflexão em torno dos problemas do conhecimento que apresenta a questão ambiental foi orientado para a incorporação de um saber ambiental emergente nos paradigmas “normais” de conhecimento (das disciplinas científicas estabelecidas), buscando com isso estabelecer bases para uma gestão racional do ambiente (LEFF et al, 1986).

Segundo o autor, o desenvolvimento de uma racionalidade ambiental, baseada em uma nova ética, embasada em princípios de uma vida democrática, com valores e identidades culturais que sejam capazes de mobilizar e reorganizar a sociedade como um todo, em busca da transformação das estruturas do poder e um efetivo desenvolvimento sustentável. O autor explica que “os princípios de racionalidade ambiental reorientam as políticas científicas e tecnológicas para o aproveitamento sustentável dos recursos, visando a construção de um novo paradigma produtivo e de estilos alternativos de desenvolvimento” (LEFF, 2002; 2009).

Leff (2002) idealiza a necessidade de construção de um novo saber, o *saber ambiental*, baseado na racionalidade ambiental, na complexidade ambiental, no diálogo entre os saberes e na articulação entre as ciências, que confronte o isolamento e desintegração das ciências, das metodologias estabelecidas e das verdades absolutas. Este não combinaria, pura e simplesmente, todos os conhecimentos já consolidados, mas sim, adicionaria suas diferenças e diversidades. Um saber multifacetado centrado na natureza “se transformaria no lócus de encontro da

diversidade e da diferença, e não da confluência de diversos campos do saber (ciências) que se reúnem para realizar o entendimento de uma problemática comum” (Leff, 2004, p.11). De acordo com Leff (2002), o Saber Ambiental pressupõe a integração inter e transdisciplinar do conhecimento, para explicar a complexidade de sistemas socioambientais; problematizar o conhecimento fragmentado e o desenvolvimento; e, construir um campo A interdisciplinaridade, defendida por Leff, é orientada por um caráter holístico e integrador do desenvolvimento, sem esquecer-se dos processos constituintes deste último.

O somatório das diferenças e diversidades do Saber Ambiental se aproxima da Ecologia Social. Já que, segundo Leff (2004), o Saber Ambiental coloca-se fora da ideia do uno, do absoluto e do todo: do logocentrismo das ciências até o saber holístico e das visões sistêmicas que buscam integração e retotalização do conhecimento num projeto interdisciplinar, e, já que, de acordo com Silva (2007), a totalidade da Ecologia Social não se apresenta como uma homogeneidade imutável, mas sim como uma dinâmica da diversidade, compreendendo as variadas estruturas, articulações e medições que dão ao todo uma rica variedade de formas.

A Ecologia Social e o Saber Ambiental parecem tentar buscar soluções para a externalização do meio ambiente pela humanidade e para os conflitos socioambientais advindos, por meio, de acordo com Leff de *“uma nova racionalidade, onde estariam incorporados os princípios da democracia ambiental e da equidade social, econômica e cultural”* (2004, p.12). Como resultado, Bookchin, por sua vez, aponta para a formação de uma *“sociedade libertária, ecologicamente orientada (uma sociedade que desenvolva um novo equilíbrio com a natureza)”* (1990, p.3).

O espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem à medida que este, organiza política e economicamente a sua sociedade; ele pode ser compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções.

Nessa complexa teia de relações que ocorrem no espaço geográfico, a atuação do homem sobre a natureza para atender as suas necessidades imediatas, modifica a sua própria relação com a natureza e com a sociedade, entretanto, essas relações sociais não são uniformes nem no tempo e muito menos no espaço, pois dependem da realidade contextual. Assim, o homem reproduz, mas, também produz;

neste aspecto o espaço envolve as contradições e as particularidades do real, influenciando os processos sociais subsequentes.

O espaço social, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o meio natural, através de sua apropriação. Essa análise da configuração do espaço geográfico remete à produção do espaço no processo de reprodução social, onde o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso.(Lefebvre, 1974; Santos, 1978).

Para compreender a apropriação desse espaço, natural ou modificado, pensado, construído, vamos buscar teorias que possibilitem a produção de saberes e conhecimentos.

Leff (2006), afirma que a construção da racionalidade ambiental é um processo de produção teórica e de transformações sociais; ela é uma categoria que aborda as relações entre instituições, organizações, práticas e movimentos sociais, que atravessam o campo conflitivo do ambiental e afetam as formas de percepção, acesso e usufruto dos recursos naturais, assim como a qualidade de vida e os estilos de desenvolvimento das populações.

O autor parte do pressuposto de que as sociedades “modernas”, tanto capitalista quanto socialista, seriam produtivistas e antiecológicas. Seriam sociedades nas quais a natureza não é considerada dentro da racionalidade econômica e, portanto, seriam insustentáveis. Para Leff, a busca de uma racionalidade ambiental tem como objetivo detectar aqueles elementos que possam se constituir em base de uma estratégia produtiva alternativa, onde a natureza se integre à lógica produtiva.

Três aspectos, segundo o autor, estariam presentes na racionalidade ambiental; o primeiro, numa perspectiva técnica, seria a procura de uma ecotecnologia, baseada nos ritmos e ciclos ecológicos; o segundo, numa perspectiva humanista, seria a busca por uma produção destinada à satisfação das necessidades básicas, contrária a lógica do mercado. O terceiro aspecto seria uma racionalidade social diferente da mercantil-produtivista. A racionalidade, segundo o autor, estaria baseada numa reapropriação social da natureza a partir de formas de democracia participativa direta, porém, não a tradicional democracia representativa. Por sua vez, essa gestão direta dos recursos naturais estaria baseada em práticas tradicionais resultantes das cosmovisões e culturas que têm um comportamento mais harmônico (sustentável) com a natureza. O que une esses aspectos é o “localismo”, a

preocupação de que a economia se regule segundo as necessidades, as possibilidades e a participação local.

Leff acredita que essa nova racionalidade ambiental vai além da alternativa dos economistas ambientais (neoclássicos) para quem os problemas ambientais se resolvem pela valoração da natureza. O autor é crítico do ecologismo, quando considera que a economia é guiada segundo os princípios da ecologia. Ele fala da socialização da natureza e de um manejo comunitário dos recursos baseados em princípios de diversidade ecológica e cultural.

A produção e a economia devem ser redimensionadas dentro de uma nova racionalidade. Para isso, será necessário repensar os conceitos marxistas de relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Isso implica deslocar a teoria económica fundada na produtividade do capital, no trabalho e na tecnologia, até um novo paradigma baseado na produtividade lógica e cultural, em uma produtividade sistêmica que integre o domínio da natureza e o universo de sujeitos culturais dentro das perspectivas abertas pela complexidade ambiental (LEFF, 2006 p.68)

A socialização da natureza, reapropriação do ambiente, levam a pensar numa ordem na qual a propriedade privada e o mercado sejam marginais ou, pelo menos, governados por outras leis sociais.

A reapropriação da natureza é uma resignificação da natureza nas sendas da vida abertas pela existência. Implica um pensamento, mas também tomar a palavra para renomear, resignificar e dar novos sentidos a vida cultural em sua conexão com a ordem natural (...). (LEFF, 2006)

O autor também considera que “a natureza é incorporada por diferentes linguagens e culturas, através de relações simbólicas contendo visões, razões, sentimentos, sentidos e interesses que se confrontam na seara política pela (re)apropriação material e simbólica da natureza” (LEFF, 2006, p.318), essa resignificação abriria assim um canal para o (re)encantamento do mundo que reconfigura a dimensão ética da existência e se traduz em práticas não hegemônicas de apropriação do meio ambiente.

Leff, porém, não concorda com a teoria de Bookchin pois, segundo o autor, ela não consegue explicar a crise socioambiental e desenvolver uma estratégia efetiva para a construção de uma "sociedade ecológica". Sua visão da utopia como realização completa de um projeto revolucionário do qual se encarregaria a dialética interna da natureza continua sendo refém do totalitarismo ideológico e teórico. Essa ideia da mudança social que deve conduzir a uma sociedade ecológica contrasta com a

proposta de construir uma racionalidade ambiental a partir da emergência do saber ambiental e das transformações do conhecimento que este induz (Leff, 1986/2000; 2001a; 2001b), que, segundo Leff, implicam uma "revolução permanente" e a incompletude do conhecimento. Dentro dessa racionalidade ambiental, a utopia se apresenta como uma política da diversidade e da diferença, fundada nas potencialidades da natureza, na tecnologia e na cultura, que se constrói socialmente através de uma teoria política e de ações estratégicas, e não por uma simples "atualização" do real existente.

Leff afirma que precisamos de uma nova racionalidade que se contraponha à econômica que está em vigor, baseada num egoísmo coletivo insustentável. Necessitamos de uma Racionalidade Ambiental, que tenha fundamento numa nova ética, manifestada em comportamentos humanos em sintonia com a natureza e em princípios de uma vida democrática, com a participação social para a construção de diversas formas de um desenvolvimento sustentável, igualitário, descentralizado e autogestionário, capaz de satisfazer às necessidades básicas das populações, respeitando sua diversidade cultural e melhorando a sua qualidade de vida. O autor ainda busca no espaço do município e da comunidade a participação democrática e direta para a gestão dos recursos ambientais. A formação de uma consciência ambiental ou ecológica, a transformação democrática do Estado permitindo a participação da sociedade e das comunidades na autogestão e cogestão de seu patrimônio de recursos, a reorganização transetorial da administração pública, a reelaboração interdisciplinar do saber levará a construção dessa nova racionalidade produtiva.

No decorrer da história o homem foi rompendo seus laços com a natureza, tanto para desvincular-se da sua própria natureza interna, quanto daquela que o cerca. Esse distanciamento de si mesmo e de seu entorno têm provocado o desequilíbrio entre o homem e a natureza. As consequências dessa ruptura ainda desafiam o homem contemporâneo a repensar seu modo de vida. Se faz necessário uma reflexão profunda já que a construção de uma base filosófica da sustentabilidade é um dos temas mais polêmicos na sociedade contemporânea.

Apresentado ao mundo, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1988, o conceito de sustentabilidade foi assim descrito: "O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades"; observamos

que o objetivo da Comissão Brundtland, ao divulgar este conceito, foi propor uma agenda global, com o propósito de conduzir a humanidade frente aos principais problemas ambientais do planeta e ao progresso, sem comprometer os recursos para as futuras gerações.

Investigando as literaturas sobre o tema, percebemos que a sustentabilidade vem alinhada ao conceito proposto pela comissão, apresentando a noção de conservação de capital natural para futuras gerações, propondo um futuro conciliável nas relações entre sociedade e natureza.

O conceito, embora bem elaborado, possui diversas interpretações; Para o criador do termo Triple Bottom Line, Elkington(1994), a sustentabilidade é o equilíbrio entre três pilares: ambiental, econômico e social. O termo, sustentabilidade, também foi adotado pelo movimento ecológico, referindo-se a existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida.

De acordo com Ayres (2008), a sustentabilidade é um conceito normativo sobre a maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza, e como eles são responsáveis para com o outro e as futuras gerações. Assim, segundo o autor, observamos que é possível uma harmonia entre a sustentabilidade e o crescimento econômico baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (AYRES, 2008; LOZANO, 2012). Ignacy Sachs (2002), utilizou oito tipos de sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional) para apresentar as dimensões do que denomina eco desenvolvimento. Para Horbach (2005), a sustentabilidade é discutida como um estado em que três tipos de interesses, conflituosos ou não, sejam resolvidos: o interesse da geração atual em melhorar a suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica); a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social); e os interesses das gerações futuras que não estão comprometidas pela satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental).

Importante lembrar que a natureza não deve ser observada somente sob o aspecto econômico e como um bem de consumo. Essa relação de consumo evoluiu no decorrer dos tempos, mas a busca por uma racionalidade para atingir a sustentabilidade, ainda é necessária. Para Leff,

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os

paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. (2004, p.15)

Precisamos mais que perceber, mas internalizar a verdadeira importância do equilíbrio entre a relação de consumo e o meio ambiente, para a que as futuras gerações possam usufruir do mesmo, pois é um direito deles e um dever nosso de proporcionar um meio ambiente saudável.

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Este mecanismo ideológico não significa apenas uma volta de parafuso a mais da racionalidade econômica, mas opera uma volta e um torcimento da razão; seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos de livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social. (LEFF, 2004 p.27)

Capra (1982) já percebia, nas últimas décadas do século XX, a profunda crise mundial. Segundo o autor, uma crise que afetaria todos os aspectos da vida humana – saúde, relações sociais, economia, tecnologia, direito e política. Uma crise de dimensões espirituais, intelectuais e morais, em tal escala que, pela primeira vez na história, a humanidade estaria sendo obrigada a se defrontar com a real ameaça de sua extinção e de toda a vida no planeta. Esta crise levará o homem a repensar seu posicionamento perante o planeta, obrigando-o a discutir sua real dimensão de responsabilidade perante tudo o que existe e a responsabilizar-se diante daqueles que ainda nem existem. O autor reconhece a complexidade de se tentar fixar uma linha mestra, um conteúdo para a sustentabilidade; ele afirma tratar-se de uma função complexa, sendo resultado de pelos menos cinco variáveis: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade, que se inter-relacionam de modo a exigir um olhar multidimensional.

A compreensão transcende o que conhecemos sobre a sustentabilidade e exige um forte esforço no sentido de ultrapassar a concepção de que é apenas um tipo de interação humana com o planeta para preservação do meio ambiente, a fim de garantir os recursos naturais às gerações futuras. Capra (1998), sugere o reconhecimento e aplicação das variáveis apontadas como o caminho necessário a ser trilhado de forma consciente e plena, para efetiva concretização do verdadeiro conteúdo da sustentabilidade. A proposta do autor, indica a urgência de uma profunda mudança de paradigmas que possibilitem o desenvolvimento de uma cadeia de

relações permitindo aos indivíduos uma percepção do mundo de uma forma inovadora. Para ele, a crise do homem moderno está centrada exatamente na própria percepção do ser humano que ainda possui uma visão obsoleta e inadequada, da realidade (CAPRA, 1998, p. 45).

Essa nova compreensão da vida encontra-se alinhada com uma perspectiva que propõe abandonar o paradigma mecanicista de olhar o mundo, para uma visão ecológica do mundo. Considerando os fundamentos conceituais e históricos do pensamento sistêmico, dos modelos e teorias sobre os sistemas vivos desenvolvidos na modernidade, Capra (1998), apresenta o esboço de uma teoria emergente sobre os organismos, buscando oferecer uma visão unificada de mente, matéria e vida. Ele apresenta, a partir desses estudos, uma teoria intitulada de ecologia profunda, apresentando uma nova compreensão científica da vida em sentido amplo, abrangendo organismos, sistemas sociais e ecossistemas. Ele sugere o desenho de um amplo contexto social e cultural nessa nova concepção de vida. Na concepção do autor, a crise de percepção revela-se nas formas de exteriorização das preocupações com o meio ambiente, no enfrentamento dos problemas globais referentes aos danos à biosfera e conseqüentemente à vida humana. O autor também propõe um estudo sistêmico dos problemas atuais devido ao grau de conexão e interdependência que apresentam.

Segundo Capra, há soluções, mas que exigem uma mudança radical das percepções, pensamentos e valores humanos. O autor também registra seu desapontamento quando observa que essa mudança fundamental de visão do mundo na ciência e na sociedade ainda não compõe a agenda dos Estados, das corporações, das lideranças políticas, dos administradores e até mesmo dos catedráticos das grandes universidades. Capra sugere ainda que, do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as soluções “sustentáveis”. O desafio que se impõe é criar comunidades sustentáveis; ambientes sociais e culturais onde se possam satisfazer as necessidades e aspirações da população atual sem diminuir as chances das gerações futuras.

Leff (2008), também assinala que as mudanças necessárias para a transição ao desenvolvimento sustentável decorrerão de pactos sociais, da adoção de uma estratégia política complexa, orientada pela gestão democrática do desenvolvimento sustentável, implementadas pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento da sociedade civil e das suas organizações.

2.8 PARA PENSAR A GESTÃO AMBIENTAL E A GOVERNANÇA

A partir da década de 1970, a relação do homem com o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais tornou-se uma preocupação universal. Conferências das Nações Unidas, como a de Estocolmo, de 1972, na Suécia, e a do Rio de Janeiro, de 1992, conhecida como Rio-92, tiveram como objetivo o reconhecimento da necessidade do desenvolvimento sustentável a partir de práticas que aliassem o crescimento econômico, sem comprometer a disponibilidade dos recursos naturais (ONU). O objetivo do desenvolvimento sustentável é de que sejam atendidas as necessidades do presente, sem prejudicar as futuras gerações e suas necessidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991). No ano de 1972, foi publicado o relatório chamado “Os limites do crescimento”, pelo Clube de Roma, onde o mesmo prognosticava uma futura escassez dos recursos naturais, conduzida pelo crescimento populacional, aumento da poluição e a utilização desenfreada dos recursos fornecidos pela natureza (SEIFFERT, 2011).

Segundo Seiffert (2011), no decorrer dos anos, a problemática em torno das questões ambientais, em especial as advindas de processos industriais, fez com que o assunto meio ambiente obtivesse maior visibilidade entre as questões tratadas na atualidade. Atualmente, a questão ambiental é interpretada com atenção no ramo empresarial. A utilização de recursos naturais não renováveis de forma desenfreada, o descarte e destinação incorreta de resíduos sólidos, a poluição atmosférica, entre outros fatores, tem afetado tanto o meio ambiente, quanto o processo produtivo e a lucratividade de empresas.

Para Tachizawa (2008), a intervenção ecológica e suas reformas tendem a crescer e impactar cada vez mais as organizações economicamente, pois a tomada de decisões, levando em consideração a questão ambiental, pode acarretar benefícios no que se diz respeito à competitividade do mercado e também a redução de custos nos processos produtivos e acréscimo nos lucros a um determinado prazo.

Pode-se afirmar que o processo considerado como gestão ambiental, se inicia a partir do momento em que o homem modifica e adapta o ambiente natural com a finalidade de atender as suas necessidades, sejam elas individuais ou coletivas, fazendo com que surjam ambientes urbanos, que nada mais são do que o resultado de aglomerações em ambientes naturais transformados (PHILIPPI JR. 2004, p.3).

Nesse processo de modificação do ambiente natural, o ser humano passa a extrair da natureza os recursos necessários para a manutenção de sua vida, o que por si só não gera grandes impactos ambientais. Acontece que, o que irá definir se essas ações humanas originará grandes ou pequenos impactos será a forma como se dará essa intervenção no ambiente natural, ou seja, a forma como se dá a gestão desses recursos.

De acordo com Batista (2011), o tema Gestão Ambiental não se trata de uma concepção e uma necessidade atual. Desde a Idade Média, os impactos causados na natureza, como a poluição atmosférica e hídrica, causam consequências consideráveis. Com o passar do tempo, com o avanço da industrialização, os problemas ambientais se agravaram cada vez mais, mostrando que o homem dispunha de uma relação inadequada com o meio ambiente. Entende-se como gestão ambiental o conjunto de condutas e práticas administrativas com o intuito de minimizar ou até mesmo suprimir impactos ambientais negativos à natureza, decorrente de ações humanas (BARBIERI, 2007). Conforme a NBR ISO 14.001 (ABNT, 2004) um sistema de gestão ambiental abrange processos organizacionais, planejamento, capital, práticas, obrigações e gerenciamento que devem ser executadas em busca da melhoria contínua. Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente pelas suas atividades (TINOCO; ROBLES, 2006).

A consciência da responsabilidade da preservação ambiental fez com que leis ambientais fossem criadas e cobradas com mais vigor. A conquista de selos verdes e normatização de processos, como a NBR ISO 14001, concede a um empreendimento uma figura ambientalmente correta no mercado, com o propósito do desenvolvimento sustentável, além de atrair novos clientes e oportunidades de negócios (NICOLELLA; MARQUES; SKORUPA, 2004).

Segundo Tachizawa (2008, p. 6) “A gestão ambiental é a resposta natural das empresas ao novo cliente, o consumidor verde e ecologicamente correto”. Para o consumidor, as empresas verdes remetem bons negócios. Para Seiffert (2011), a concepção de gestão ambiental está interligada com as questões estratégicas de um empreendimento, onde a conduta e as ações põem em prática a carga conceitual do

tema. Portanto, a gestão ambiental presume uma política ambiental, o planejamento e gerenciamento ambiental. Sendo assim, esse conceito pode ser aplicado nas esferas municipais, estaduais e federais, como também nas próprias organizações.

Sobre o conceito de governança, importante citar que foi primeiramente exposto com a finalidade de conseguir condições para um Estado eficiente, por meio da participação dos setores público e privado na formulação de políticas públicas e no processo decisório.

Joan Prats i Català (2007 *apud* Broch, 2008), Diretor do Instituto Internacional de Governabilidad de Catalunya conceitua governança como aquele sistema de regras formais e informais (denominado, também, como marco institucional) que estabelecem as pautas de interação ou regras do jogo entre os atores no processo de tomada de decisões públicas. As regras formais, seriam aquelas que estão escritas numa norma e apoiadas por um sistema regulado de sanções; enquanto que, as regras informais são constituídas pelos costumes, hábitos e rotinas que, mesmo não estando escritas, são socialmente aceitas, compartilhadas e observadas. O ator nesse sentido, é o indivíduo, pessoa jurídica, organização ou coletivo com recursos de poder suficientes para poder influenciar no processo de formulação de políticas públicas. Por meio do planejamento participativo e integrado, como instrumento de gestão, a participação dos diferentes atores sociais, proporciona a abordagem sistêmica e dinâmica da área, considerando as particularidades locais, aliadas à realidade global. (MAIA, 2009 *apud* BERTOLIN, 2017)

Maciel (2019, p.77), a busca por uma compreensão de governança tem se propagado desde os anos 80, como um norte da modernidade da ação e gestão pública. O autor encontra em Kooiman (1993), o conceito de “governança”, que se fundamenta em multiplicidade de atores, sua interdependência, objetivos distribuídos, fronteiras entre público e privado e esferas associativas e a multiplicidade de formas de ação, interferência e governo. Maciel(2019), também cita a contribuição de Jacobi e Sinisgalli (2012) que descrevem a governança como um conjugado de iniciativas, regras, instâncias e procedimentos que irão permitir que os seres humanos, por meio de suas sociedades – pequenas ou grandes – exerçam um controle público, social e transparente, das formas do Estado e de suas políticas públicas. Asseveram, também, que este tema é enfatizado pela participação, com o envolvimento e negociação de vários atores, da descentralização, da gestão ambiental e com estruturas para resolver conflitos.

Buscando promover o desenvolvimento sustentável, Querol (2007 *apud* Broch, 2008) escreve que governança faz referência às capacidades de ações coletivas – públicas sociais e privadas - existentes e necessárias para promover a transição na direção da sustentabilidade, entendido como o processo e a estrutura de atores sociais e procedimentos (formais e informais) utilizados em processos de tomada de decisão em busca do desenvolvimento sustentável.

Considera o marco institucional (formal e informal), a informação e os instrumentos inovadores de políticas, o mapa e a rede de atores (governamentais e não-governamentais), a cultura da sustentabilidade, o capital social, os processos e conflitos e a capacidade dos atores como aspectos fundamentais para a implementação de sistemas de governança para o desenvolvimento sustentável.

Para Broch (2008) os objetivos do desenvolvimento sustentável serão alcançados, por meio de sistemas de governança, a aplicação de instrumentos de políticas para gerenciar e resolver conflitos são voltadas para as soluções de consenso, desenhados para estimular tanto a capacidade dos atores sociais para sua auto-regulação, como a capacidade de forças do mercado econômico. A autora enfatiza que a cultura administrativa e a qualidade das ações políticas, entendidas como um conjunto de procedimentos, pautas e valores no exercício da administração, devem ser orientadas pela eficiência, tendo em conta os interesses gerais e o direito a qualidade de vida das futuras gerações. Em termos gerais, convertendo a política reativa ou paliativa dos problemas, em política preventiva e pró-ativa, segundo os princípios da precaução.(BROCH, 2008 p.88)

A cultura política participativa, deve ser entendida como o conjunto de orientações subjetivas advindas das políticas que afetam o modo de como os cidadãos interagem com o processo político, que sejam efetivamente de caráter participativo; e um sistema de governança adequado à sustentabilidade se caracteriza por um alto grau de participação dos diversos elementos da sociedade, assim como, de capacitação dos mesmos, pela formação de uma cultura de sustentabilidade, onde os cidadãos agem de modo responsável em relação aos limites ambientais e às necessidades socioeconômicas das gerações presente e futura.

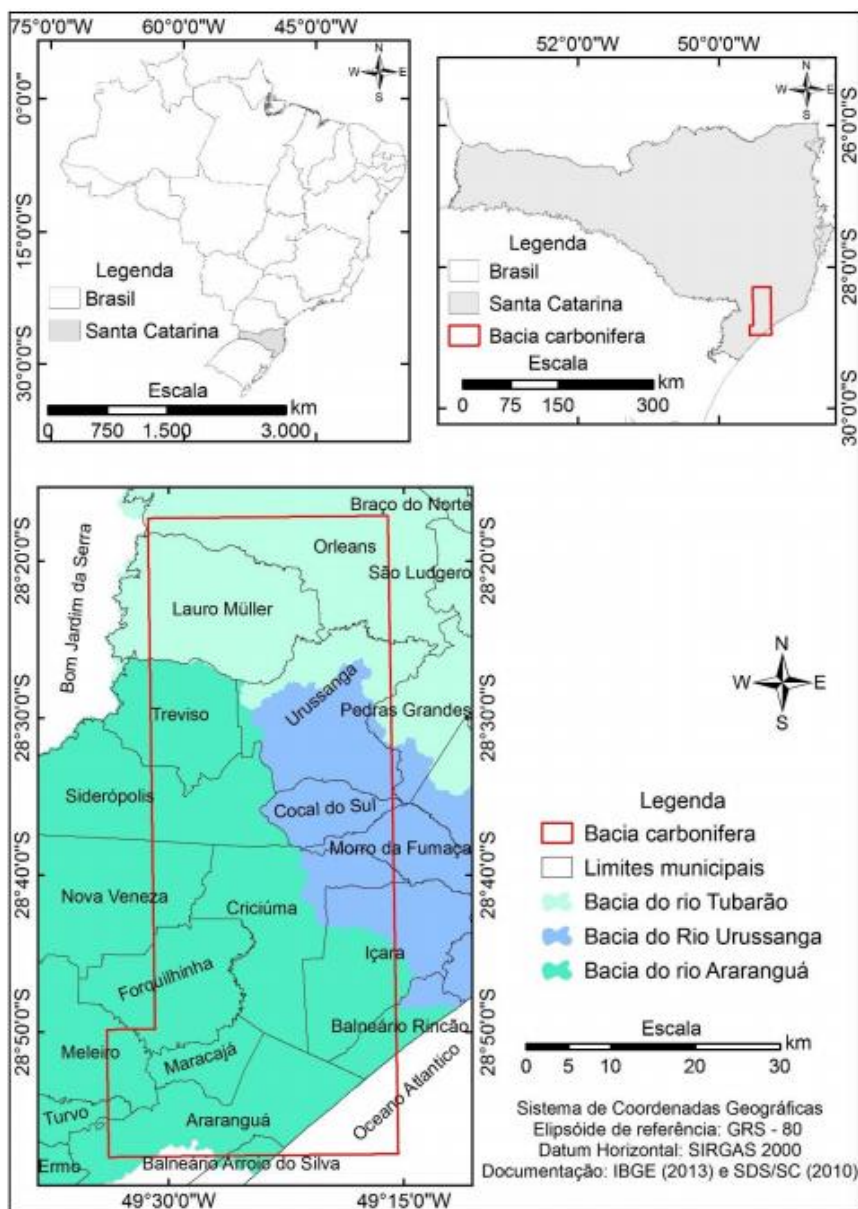
3 UMA INCURSÃO AO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E AS CURIOSIDADES AO ENTORNO DO ECOMUSEU

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra com a criação de James Watt, mudou o mundo como nenhuma outra. O engenheiro britânico patenteou sua máquina a vapor na véspera da Revolução Americana, consumando uma relação entre o carvão e tudo o que ele representava como grande descoberta energética e a humanidade deu seus primeiros passos em direção a um modo de vida industrial que, ao longo dos próximos dois séculos, mudaria para sempre o mundo.

Iniciamos nossa incursão ao município de Lauro Muller/SC, nos reportando a Revolução Industrial, pois o município surge através da descoberta do carvão mineral em seu território.

Segundo Lopes(2008), Dr. Júlio Parigot, comissionado pelo Governo, descobriu as jazidas carboníferas no ano de 1841, quando o, visitou a região, para estudos geológicos.

Figura 10: Bacia carbonífera catarinense



BACK, A.J., 2018, p.96

O autor ainda cita que a notícia sobre os primeiros indícios da existência de hulha negra chegaram ao porto de Laguna, por tropeiros, grupos responsáveis por transportar tropas de gados do Rio Grande do Sul até São Paulo e Minas Gerais; eles faziam o percurso do planalto serrano e durante a viagem, repousavam na localidade de Barro Branco. Juntando pedras, usando-as como pequenos fogões improvisados, os tropeiros notaram que muitas delas ardiam, logo ao iniciar a combustão.

Tem-se registros de que por volta de 1820, as terras da localidade do Morro

da Palha, ainda eram habitadas por indígenas, porém com a chegada dos colonizadores, os indígenas que lá habitavam foram aos poucos dizimados e.

Em 1861, o governo celebrou contrato com o Visconde de Barbacena para a lavra de carvão mineral, numa área de duas léguas quadradas, várias vezes prorrogado e finalmente iniciado em 1880, produzindo pequena escala. Em 1874, o Governo Imperial, por solicitação do Visconde de Barbacena, deu a um grupo inglês, a concessão para construir a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, concluída em setembro de 1884 e inaugurada em janeiro do ano seguinte. Este fato foi de suma importância para a região, motivando a exploração da primeira mina de carvão, no Quilômetro Um. Assim, surgiu a localidade conhecida então, por Estação das Minas, hoje Lauro Müller.(LOPES, 2008 p.6)

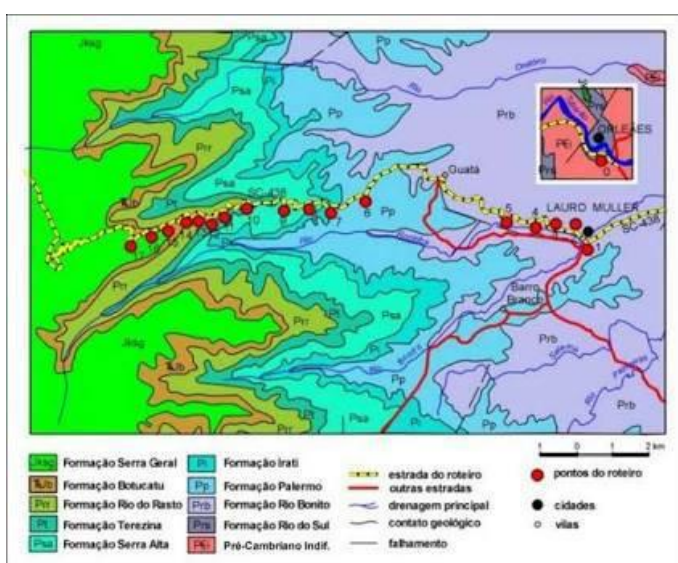
Até o ano de 1905, o município recebeu vários nomes: Bom Retiro, Arraial da Mina e Mina dos Ingleses, esta última, comumente, chamada de Minas. Em 25 de setembro de 1905, passou a chamar-se Lauro Müller em homenagem ao catarinense Dr. Lauro Severiano Müller, que foi quatro vezes governador do Estado de Santa Catarina, senador, deputado federal, embaixador, ministro da Indústria, Viação, Obras Públicas e das Relações Exteriores.

Lauro Muller possui muitos recursos naturais como a vegetação, os animais silvestres, a Serra do Rio do Rastro, a beleza dos cânions da Serra Geral, as cachoeiras, as grutas, os rios, os vales, as montanhas e o clima das estações, inclusive a neve. Destaca-se também por seus recursos culturais, históricos e técnico científicos como a religião, a música, a arquitetura antiga, as crenças, os sítios arqueológicos, a colonização baseada na história do carvão, dos tropeiros e dos imigrantes italianos; a coluna Whitte, que é a primeira coluna estratigráfica da Bacia do Paraná, onde está a descrição de todos os corpos rochosos que formam a crosta da Terra.

No ano de 1908, I.C. White elaborou a primeira coluna estratigráfica da Bacia do Paraná, na Serra do Rio do Rastro, que se tornou conhecida com a denominação de Coluna White. A região fica no trecho da Rodovia SC-438, entre os municípios de Lauro Müller e Bom Jardim da Serra, no estado de Santa Catarina. Sua grande importância vem das unidades estratigráficas desenvolvidas pelo geólogo norte-americano Israel Charles White, que dá nome à Coluna. I.C. White estudou a geologia da Bacia do Paraná entre os anos de 1904 e 1906, como chefe da Comissão de Estudos das Minas de Carvão.

Esta comissão foi criada pelo governo brasileiro para estudar o potencial energético do carvão da Bacia do Paraná, minerado de forma incipiente no sul do Brasil. A seção geológica, a partir da qual White propôs a coluna estratigráfica consagrada com seu nome, desenvolve-se ao longo de 17 km na rodovia SC-438, na Serra do Rio do Rastro, partindo da cota 200 metros junto ao Ponto 1, na cidade de Lauro Müller, subindo aos 780 metros junto ao ponto final, Ponto 17, e até cerca de 1.470 metros no topo dos derrames basálticos, no município de Bom Jardim da Serra.

Figura 11: Roteiro geológico da Serra do Rio do Rastro



Fonte: Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil, 2009

Entre as belezas naturais de Lauro Muller, vamos encontrar a Serra do Rio do Rastro; situada entre Lauro Müller e São Joaquim, ela liga a região serrana ao litoral catarinense. Por receber turistas do mundo, ao longo dos anos, sua estrutura foi sendo modificada, hoje é possível apreciar a paisagem e tirar belas fotos no mirante que foi construído para receber os visitantes. Localizado a 11 km do centro de Bom Jardim da Serra, em dias límpidos, do mirante é possível enxergar o mar a mais de 100 km de distância.

Lopes (2008) descreve a Serra do Rio do Rastro, destacando suas belezas e peculiaridades. Com 15 quilômetros de estradas em concreto, escavadas em rochas naturais, contorna um profundo cânion de 1460 metros em relação ao nível do mar; com sua beleza singular e também desafiadora, seu percurso propicia a visão de

paisagens inesquecíveis. No topo, descortina-se o planalto catarinense e um mirante fornece uma visão deslumbrante da serra e do horizonte litorâneo barriga verde. A Serra do Rio do Rastro une o planalto serrano (com temperaturas abaixo de zero grau, no inverno, e campos cobertos por gelo e neve) à planície colonizada por italianos e alemães. Com uma altitude de aproximadamente 1.500 metros, em uma extensão menor que 60 km, ela fica a 14 km de Lauro Müller, 201 km de Florianópolis e 52 km de Criciúma. O autor também cita que em 2002, a serra passou a ser totalmente iluminada, com o objetivo principal, a segurança dos usuários da rodovia, que durante a noite podem trafegar com toda visibilidade necessária, inclusive nas noites mais nebulosas agravadas pelos nevoeiros. Os 12 km de iluminação são gerados pela usina de energia eólica localizada em Bom Jardim da Serra. Aliada a um projeto integrado ao meio ambiente, buscou-se reduzir o impacto visual, sendo instalado o sistema elétrico através de redes subterrâneas, garantindo segurança a vida dos animais silvestres que habitam os cânions da serra.

Figura 12: Iluminação da Serra do Rio do Rastro



Fonte: Nogueira, 2020

Outro ponto turístico de Lauro Muller, é o Castelo de Henrique Lage. Lopes (2008), cita a obra que acabou tornando-se um ponto turístico da cidade, foi contruído em 1919, idealizado por Henrique Lage que, segundo Lopes(2008), foi o responsável pelo desenvolvimento da siderurgia e da exploração de carvão de Santa Catarina. O autor ainda registra que Henrique Lage, construiu o Castelo para Gabriela Benzanconi, uma cantora italiana de ópera com quem casou-se e foi morar no Rio de Janeiro onde havia construído um outro castelo (hoje transformado no Parque Lage).

Tombado pela Fundação Catarinense de Cultura, recentemente, o Castelo foi adquirido pelo Grupo empresarial Salvaro e está sendo reformado sob a supervisão do IPHAN e outros órgãos públicos, com promessas, de que após a reforma, o Castelo estará novamente a disposição para visitação pública.

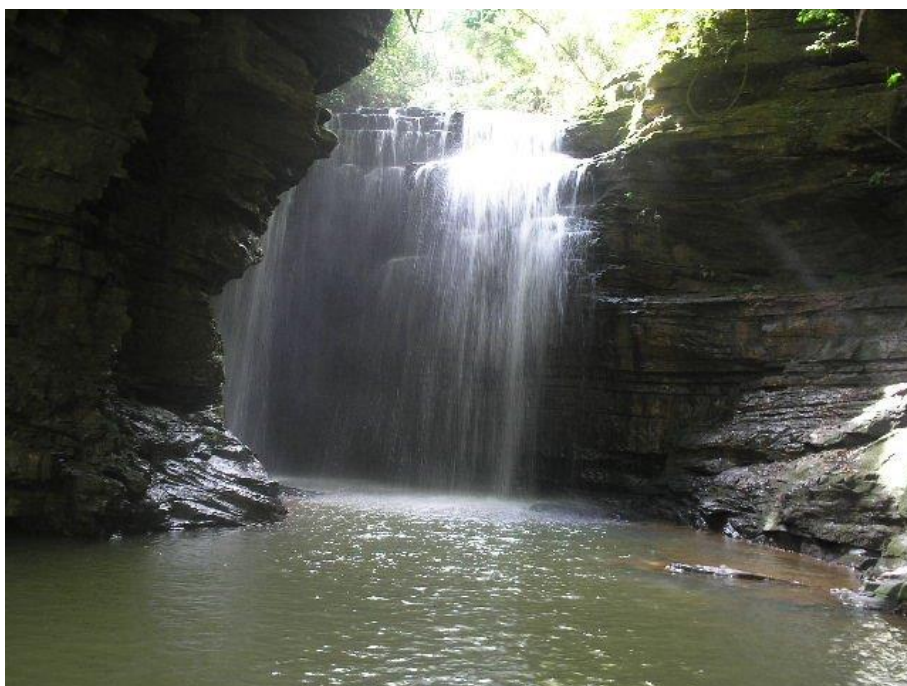
Figura 13: Castelo Henrique Lage



Fonte: iPatrimonio.org

O município de Lauro Müller conta ainda, com um interior repleto de rios, cachoeiras e paisagens naturais de rara beleza, além de grutas e oratórios muito prestigiados nas festas e turismo religioso. Com vocação para o ecoturismo e o turismo de aventura, para quem busca atividades próximas à natureza em cachoeiras e fazendas particulares, que atraem viajantes para a região. Entre estes diversos locais, pode-se destacar a cascata na comunidade de Rio Capivaras Alto, com mais de 30 metros de altura, a cachoeira, além de surpreender turistas com sua beleza, atrai os adeptos do rapel. Lauro Muller, também bons restaurantes, hotéis-fazenda e ótimos locais de lazer, além da sincera hospitalidade do seu povo.(LOPES, 2008)

Figura 14: Cachoeira vó Enoy – Sítio do Leal



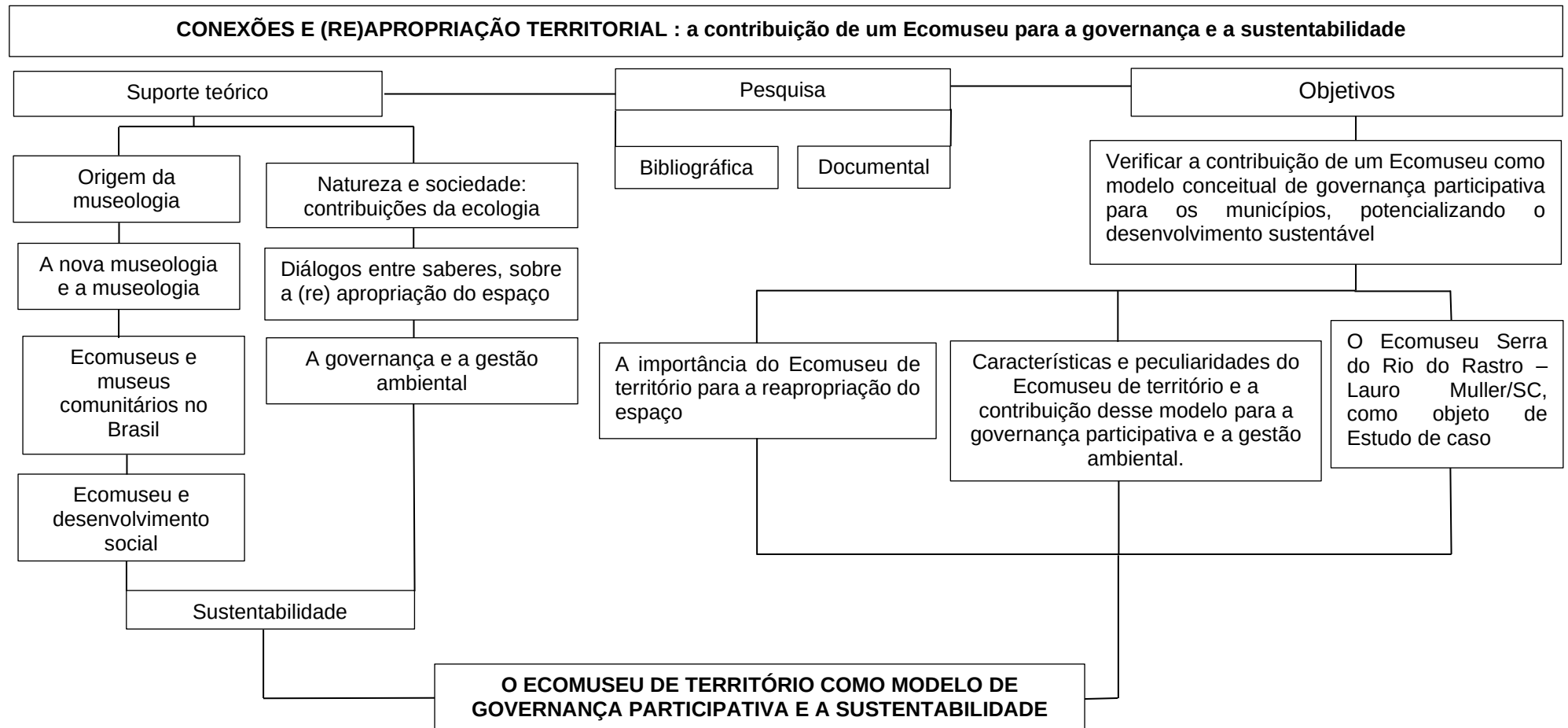
Fonte: Mapio.net, 2021

4PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

4.1 QUATRO TEÓRICO METODOLÓGICO E ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Diante das perspectivas e buscando demonstrar a abrangência e os desafios do estudo, a estrutura de pesquisa está sintetizada no seguinte quadro teórico metodológico:

Quadro 1 – Quadro Teórico Metodológico



4.2 ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Considerando as dificuldades encontradas devido a pandemia do COVID19, que exigiu distanciamento social e a paralização de atividades presenciais, o presente trabalho recai sobre estudo teórico.

Para o delineamento do processo de pesquisa no sentido de atingir os resultados esperados, algumas estratégias foram adotadas:

a) uma revisão bibliográfica que contemplasse de maneira ampla a questão conceitual e científica. Nesse contexto, debruçou-se no aprofundamento de aspectos relacionados ao estado da arte no tocante à Ecomuseus, à (re)apropriação do espaço, à governança e a gestão ambiental, à abordagem interdisciplinar e à sustentabilidade. Considera-se essa direção fundamental, pois possibilita uma base para o transcorrer de forma subjacente a amplitude da temática em questão;

b) para o melhor conhecimento e entendimento da região do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro e área de entorno, bem como as questões socioambientais ali existentes, foi necessário um contato mais próximo com as referências de fundo documental e bibliográfico sobre a cidade e o sobre o Ecomuseu;

c) com a intenção de ampliar o conhecimento no que diz respeito à governança e a gestão ambiental, bem como da gestão e conservação de espaços naturais e culturais, buscou-se através da pesquisa bibliográfica e documental, uma sistematização dos desafios, obstáculos e possibilidades para se pensar a sustentabilidade, o respeito a cultura e identidade local, e

d) a junção das estratégias de pesquisa anteriormente citadas, se transformaram em condições operacionais que contribuíram para as ciências ambientais e a pesquisa interdisciplinar e ,de forma central, trazendo sugestões aos processos de governança participativa, gestão ambiental e a sustentabilidade.

4.3 LOCALIZAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi direcionada à compreensão da contribuição do ecomuseu de território, criado no município de Lauro Muller, para uma governança participativa, para a sustentabilidade, respeitando a cultura e a identidade local.

O município de Lauro Muller está localizado ao sul do Estado de Santa Catarina, ao norte da região carbonífera.

Faz limites com os municípios de Orleans ao norte, Treviso ao sul, Urussanga e Orleans a leste e Bom Jardim da Serra a oeste. Está ligado a Tubarão e a Bom Jardim da Serra pela Rodovia SC 390, a Criciúma pela SC 446 e a Treviso pela SC 447. Situado a 208 metros de altitude, o município de Lauro Muller tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 28° 23' 45" Sul, Longitude: 49° 23' 46" Oeste. Ocupa um território de 270 km² e uma população de 14.367 habitantes (IBGE, 2010).

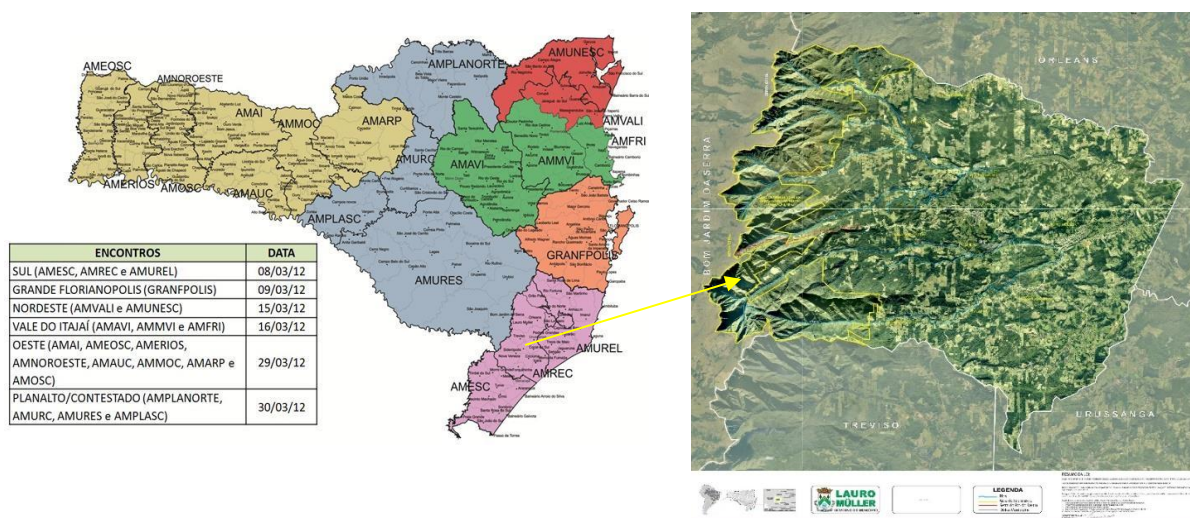
Figura 15 – Localização geográfica do município de Lauro Muller, Santa Catarina.



Fonte: Modificado de Abreu (2006) e Google Earth (2019).

A pesquisa foi efetuada no Ecomuseu Serra do Rio do Rastro e área de entorno, no sul do estado de Santa Catarina. O Ecomuseu, está localizado na região sul do estado de Santa Catarina (conforme Figura 2). Possui os seus limites entre os paralelos 28°26'19.37"S e 49° 25'40.88"O

Figura 16 – Localização geográfica do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro



Fonte: DNIT, 2014 e Arquivo da Prefeitura municipal de Lauro Muller, 2013

O município de Lauro Muller, possui muitos recursos naturais como a vegetação, os animais silvestres, a Serra do Rio do Rastro, a beleza dos cânions da Serra Geral, as cachoeiras, as grutas, os rios, os vales, as montanhas e o clima das estações, inclusive a neve.

Porém, se considerarmos o contexto da relação sociedade, natureza e economia da área em estudo, registra-se muitos problemas de ordem socioambientais, os quais numa perspectiva temporal de curto-médio-longo prazos remetem para demandas de estudos para se pensar perspectivas e possibilidades da sustentabilidade. Cabe destacar, como já citado no Capítulo 1: condições administrativas conflitantes; pressão do entorno sobre recursos naturais e especulação para terceirização da exploração turística dos atrativos naturais; visitas realizadas de forma inadequada; deficiência na proteção dos recursos naturais; pesquisas científicas e monitoramento dos processos naturais insuficientes.

4.4 NATUREZA DA PESQUISA

Revisando a literatura sobre a pesquisa qualitativa, fica evidente que frequentemente, a pesquisa qualitativa não está sendo definida por si só, mas em contraponto a pesquisa quantitativa (GUNTHER, 2006).

Seguindo a linha do pensamento acima, Gunther (2006) aponta uma primeira diferença entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa: na pesquisa qualitativa há aceitação visível da intervenção de crenças e valores sobre a teoria, sobre a opção de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados. Já na pesquisa quantitativa, crenças e valores pessoais não são consideradas fontes importantes no processo científico.

Neuman (1999), considera que as pesquisas qualitativa e quantitativa diferem em muitos aspectos, mas também se complementam de muitas maneiras. Todas as pesquisas sociais sistematicamente coletam e analisam dados empíricos, examinam cuidadosamente os seus padrões para compreender e explicar a vida social. Por se tratar de um estudo que remete para a complexidade na relação sociedade-natureza, a abordagem da pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, inserida num campo interdisciplinar, buscando responder numa perspectiva mais ampla de investigação a conexão necessária entre as ciências sociais e as ciências naturais.

A pesquisa qualitativa considerada um grande desafio por muitos

pesquisadores é, ao mesmo tempo instigante num contexto de investigações que apontam na direção de avanços das ciências.

Segundo Knechtel (2014), a abordagem qualitativa é uma modalidade de pesquisa direcionada à compreensão de fenômenos humanos, que almeja ter uma visão clara e complexa de tais fenômenos, estudando detalhadamente a forma como os entrevistados os caracterizam e aprendem. Assim, a linguagem e a percepção dos informantes são enfatizadas.

Knechtel (2014, p.98), descreve os pressupostos básicos da pesquisa qualitativa:

- 4.4.1 A preocupação primária com processos, e não com resultados ou produtos;
- 4.4.2 O interesse central no significado – a forma pela qual as pessoas explicam sua vida e suas experiências e como estruturam seu mundo;
- 4.4.3 A necessidade do trabalho do campo – o pesquisador vai ao “campo” selecionado para observar e/ou coletar informações consideradas pertinentes aos participantes;
- 4.4.4 A ênfase na descrição e na explicação do fenômeno, à medida que o interesse se encontra na apreensão de processos e significados obtidos via linguagem, filmes ou fotografias;
- 4.4.5 A utilização de processos indutivos, haja vista que o pesquisador constrói abstrações, conceitos, hipóteses e teorias.

Dessa forma, percebe-se que as pesquisas qualitativas atentam para o significado dos fenômenos e processos sociais valorizando os aspectos relativos às motivações, às crenças, aos valores e às representações que transpassam a teia das relações sociais. Faltando meios de comedir tais aspectos, existem questionamentos acerca de sua cientificidade.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa em sua multiplicidade de histórias disciplinares passa por tensões e contradições ao desenvolver determinado projeto, além de se comprometer com os métodos e formas que cabem em suas descobertas e interpretações (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Essa pluralidade de opções caracteriza o pesquisador como *bricoleur*: “um indivíduo que confecciona colchas ou reúne imagens, transformando-as em montagens”. Dessa forma esse pesquisador qualitativo *bricoleur* “utiliza as ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando efetivamente estratégias, métodos ou materiais empíricos que estejam ao seu alcance” (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Para esses autores, a pesquisa qualitativa inclui duas tensões

simultaneamente. Por um lado, é atraída a uma sensibilidade geral, interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro lado, é atraída a concepções da experiência humana e de sua análise mais restrita à definição positivista, pós-positivista, humanista e naturalista.

5 O ECOMUSEU DE TERRITÓRIO COMO UM NOVO MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO AMBIENTAL

Para pensar a sustentabilidade e governança de ecomuseus, retomamos algumas considerações que contribuem para a reflexão. Primeiro, é importante trazer a memória, que a ideia proposta pelo ecomuseu é inovadora sob o ponto de vista da gestão do meio ambiente e do pensar o museu e a sua relação com a sociedade.

A segunda consideração importante é que o Ecomuseu representa um marco histórico dentro da museologia, pois quando surgem as discussões acerca do conceito de ecomuseu, tem-se o despertar de um movimento que intitula-se “a nova museologia”.

Nessa perspectiva o museu clássico ganha uma inovadora linha, propondo um novo pensar sobre a função social do museu, deixando de ser algo verticalizado, passando a dar importância à cultura popular ou cultura viva, a qual se denomina por um conjunto de experiências vividas por um grupo social.

Considerando que estamos no ano do Cinquentenário do Ecomuseu (1971-2021), Varine e Mattos(2019), fazem uma incursão histórica colaborando para a reflexão ora proposta:

Historicamente, a palavra ecomuseu foi inventada em 1971 para promover a relação entre museus de ciências naturais, preservação da natureza e educação ambiental, e também para incentivar a participação desses museus na I Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Posteriormente, o termo foi apropriado para designar museus e centros de interpretação existentes nos parques naturais regionais franceses. Desde então, termo e conceito se diversificaram e ganharam diversas interpretações, das quais, destacamos:

- 1972 – debate conceitual e criação de uma definição idealizada por Georges Henri Rivière;
- 1974 – o Ecomuseu de Creusot-Montceau les Mines, na França, inventa e coloca em cena, práticas de gestão participativa do patrimônio vivo natural e cultural do território, em articulação com sua população;
- 1980-1990 – delineia-se uma expansão experimental de ecomuseus, na França, na Escandinávia, no Québec (Canadá),

Brasil, Portugal, Itália, Japão e outros países, adaptados aos contextos locais e procurando responder a três critérios oriundos da experiência do Creusot-Montceau: patrimônio, território, comunidade;

- O ecomuseu, reconhecidamente, é proveniente da Nova Museologia que se desenvolve a partir da Conferência Geral do ICOM, EM 1971. Os ateliês realizados pelo Movimento Internacional por uma Nova Museologia/MINOM favorecem, desde 1984, a difusão de experimentações no campo da museologia comunitária;
- Paralelamente, em países da América Latina, aparecem os museus chamados comunitários que adotam os mesmos princípios, colocando a comunidade em 1º plano;
- A partir dos anos 2000, observa-se um boom de ecomuseus e museus comunitários em quase todos os países, adotando nomes variados. Eles possuem características territoriais, atuam em prol do desenvolvimento humano e econômico local e adotam como princípio a educação patrimonial. (VARINE, Hugues de; MATTOS, Yara. La Contribution des Ecomusées à l'Education à l'Environnement: le cas de l'Ecomusée de la Serra de Ouro Preto, Brésil. In: l'Education Relative à l'Environnement. Vol.15-1/2019. Acessível em: <http://journals.openedition.org/ere/4667>).

Os autores destacam que, principalmente a partir dos anos 2000, vamos observar um crescimento de ecomuseus e museus comunitários em quase todos os países, adotando nomes variados. Importante observar que os ecomuseus em sua grande maioria, possuem características territoriais, buscando o desenvolvimento humano e econômico local, respeitando a memória e identidade cultural local e adotando como princípio a educação patrimonial.

Seguindo essa linha, Morin (2010), colabora com a reflexão proposta, trazendo a necessidade de se repensar os modelos de gestão preservacionistas do meio natural, refletindo sobre o que seria a proteção.

As pequenas civilizações com linguagem, sabedoria e cultura próprias estão ameaçadas porque são pequenas e falta-lhes o poder para se defenderem. A proteção hoje é muito difícil. A proteção não consiste em se fazer reservas – na concepção de Zoo. Proteção não é apenas integrar, porque isso também significa desintegração das culturas. (MORIN, 2010 p.25)

Encontramos ainda no pensamento de Morin(2010), fundamento para a proposta integradora e inovadora do ecomuseu, quando segundo o autor,

[...] mais do que a ajuda do exterior, a proteção está na tomada de consciência das próprias populações e em sua capacidade de federar-se. [...] devemos ter em conta o valor das culturas, a sabedoria, o saber, os modos de fazer[...] (MORIN, 2010 p.26)

Como visto, o termo Ecomuseu está intimamente ligado a experiência

comunitária francesa, na região industrial de Creusot e Montceau les Mines, entre 1971-82. Para Varine (1987), o Ecomuseu dessa região francesa, nasceu sob noções de ecologia humana, de comunidade social, de entidade administrativa e, sobretudo, da definição do território e da vontade de contribuir ao seu desenvolvimento.

Para aquelas populações, o ecomuseu representava um fator de construção comunitária, apresentando uma inovação que é a relação entre patrimônio e sociedade demonstrada pelo sentimento e pela ação. Para eles, os testemunhos do passado, traços de identidade de um território, eram de responsabilidade coletiva servindo de instrumento de educação popular para a intervenção criadora do futuro.

Segundo Leff(2009),

[...] a cultura e a natureza constituem os pilares fundamentais de uma nova racionalidade social e produtiva capaz de desconstruir a globalização de uma racionalidade econômica que atenta contra a diversidade cultural e a diversidade biológica e de construir uma racionalidade ambiental, de cuja produtividade sustentável derive o bem-estar das comunidades. (LEFF, 2009 p.273)

A relação direta com a comunidade é inegável, quando falamos em ecomuseu, sendo que a participação da população de forma efetiva é fundamental e indissociável do seu conceito; considerando o envolvimento da população nas decisões, a estrutura organizacional e de gestão participativa que rege os museus comunitários e ecomuseus é fator importante quando pensamos na governança e na sustentabilidade.

Para Maciel (2019, p.77), a busca por uma compreensão de governança tem se propagado desde os anos 80, como um norte da modernidade da ação e gestão pública. O autor encontra em Kooiman (1993), o conceito de “governança”, que se fundamenta em multiplicidade de atores, sua interdependência, objetivos distribuídos, fronteiras entre público e privado e esferas associativas e a multiplicidade de formas de ação, interferência e governo.

Maciel(2019), também cita a contribuição de Jacobi e Sinisgalli (2012) que descrevem a governança como um conjugado de iniciativas, regras, instâncias e procedimentos que irão permitir que os seres humanos, por meio de suas sociedades – pequenas ou grandes – exerçam um controle público, social e transparente, das formas do Estado e de suas políticas públicas. Asseveram, também, que este tema é enfatizado pela participação, com o envolvimento e negociação de vários atores, da descentralização, da gestão ambiental e com estruturas para resolver conflitos.

Importe citar que as discussões na década de 1970 ratificavam o importante papel dos museus na sociedade, sendo que a ampliação do conceito de patrimônio, incluindo o ambiente natural, refletiu na área museológica com a criação dos ecomuseus. Sua motivação era despertar no público preocupações também com a ecologia, além da participação das comunidades na gestão desses espaços/territórios, com uma governança participativa.

No Brasil, atualmente com mais de 3.600 museus, tem-se refletido sobre o papel das instituições museais, bem como sua função social, por meio da implementação de políticas públicas. Com um conceito ampliado, os museus passam a serem vistos como práticas e processos sociais a favor da diversidade cultural, do direito à memória, da preservação do patrimônio cultural, material e imaterial e da universalidade do acesso, configurando-se como um espaço dinâmico, de negociação e construção de narrativas capazes de atender à diversidade dos públicos.

Para cumprir esse papel, os museus devem ter processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação, e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira (MINC, 2003, p. 8).

Buscando promover o desenvolvimento sustentável, Querol (2007 apud Broch, 2008) escreve que governança faz referência às capacidades de ações coletivas – públicas sociais e privadas - existentes e necessárias para promover a transição na direção da sustentabilidade, entendido como o processo e a estrutura de atores sociais e procedimentos (formais e informais) utilizados em processos de tomada de decisão em busca do desenvolvimento sustentável.

Considera o marco institucional (formal e informal), a informação e os instrumentos inovadores de políticas, o mapa e a rede de atores (governamentais e não-governamentais), a cultura da sustentabilidade, o capital social, os processos e conflitos e a capacidade dos atores como aspectos fundamentais para a implementação de sistemas de governança para o desenvolvimento sustentável.

Para Broch (2008) os objetivos do desenvolvimento sustentável serão alcançados, por meio de sistemas de governança, a aplicação de instrumentos de políticas para gerenciar e resolver conflitos são voltadas para as soluções de consenso, desenhados para estimular tanto a capacidade dos atores sociais para sua auto-regulação, como a capacidade de forças do mercado econômico. A autora

ênfatiza que a cultura administrativa e a qualidade das ações políticas, entendidas como um conjunto de procedimentos, pautas e valores no exercício da administração, devem ser orientadas pela eficiência, tendo em conta os interesses gerais e o direito a qualidade de vida das futuras gerações. Em termos gerais, convertendo a política reativa ou paliativa dos problemas, em política preventiva e pró-ativa, segundo os princípios da precaução.(BROCH, 2008 p.88)

O Ecomuseu é a instância onde se dá a noção de territorialidade, não sendo a realidade geral, mas sim local. O local significa uma dimensão da possível comunicação, que pode se dar tanto das pessoas em relação a elas mesmas, quanto das pessoas em relação às coisas.

Colaborando com essa reflexão, Leff(2009), enfatiza:

O território é o lugar onde a sustentabilidade se fundamenta em bases ecológicas e em identidades culturais. É o espaço social onde os atores sociais exercem seu poder para controlar a degradação ambiental e para mobilizar potenciais ambientais em projetos autogerenciáveis criados a fim de satisfazer necessidades, aspirações e desejos dos povos, que a globalização econômica não consegue cumprir. O território é o *lócus* das demandas e dos protestos das pessoas para reconstruir seus modos de vida. Em nível local, é onde se formam identidades culturais, onde se expressam como valorização social dos recursos econômicos e como estratégias para reapropriação da natureza. (LEFF, 2009 p.274)

De fato, há de se considerar que o ecomuseu caracteriza-se por representar um espaço aberto, um espaço de povoação, de representatividade da identidade cultural da população e territorialidade, buscando uma estratégia de desenvolvimento dinâmico da região em que se insere, reconhecendo os valores culturais do presente, mas preservando os do passado, como forma de pensar o futuro nas suas diversas formas de sustentabilidade (TEIXEIRA, 2005; SANTOS 2005; MATTOS, 2006; BAROBOSA E PEDROSA, 2013).

Atendendo aos princípios da sustentabilidade, visando suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações, o ecomuseu de território, pressupondo um intenso envolvimento de populações e instituições locais no processo de valorização dos diversos patrimônios, dos recursos naturais endógenos e dos valores culturais identitários das comunidades e população local, deve assumir-se como um elemento de importância significativa nas estratégias para o desenvolvimento local, estabelecendo modelos de sustentabilidade do território (NORA, 1983; RODRIGUEZ BECERRA, 1997; SANTOS, 1996; TEIXEIRA, 2005; SANTOS, 2005; PEDROSA E BARBOSA, 2012; BAROBOSA E PEDROSA, 2013).

Para Leff(2009),

O território é um espaço onde surgem tempos diferenciados, onde se articulam identidades culturais e potencialidades ecológicas. É, portanto, o lugar de convergência dos tempos da sustentabilidade: os processos de restauração e produtividade ecológica; de inovação e assimilação tecnológica; de reconstrução de identidades culturais. (LEFF, 2009 p. 274)

A ideia de um ecomuseu para uma determinada região deve resultar da consciência que a população tem do seu território e da importância que lhe atribui, mas também da preocupação em salvaguardar, avaliar e valorizar o seu património, nas suas múltiplas componentes (natural, patrimonial, socioeconómica e cultural), tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento do território e da população residente nesse espaço geográfico (NORA, 1983; RODRIGUEZ BECERRA, 1997; SANTOS, 1996; TEIXEIRA, 2005; SANTOS, 2005; PEDROSA E BARBOSA, 2012; BAROBOSA E PEDROSA, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi motivada ano de 2013, quando a pesquisadora teve o contato com representantes da associação de moradores de Lauro Muller, que na época estavam participando do projeto de criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro em parceria com a Prefeitura Municipal. A partir desse contato surgiu o envolvimento da pesquisadora com a associação dos moradores do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, acompanhando o grupo desde a sua criação. O objetivo da pesquisa não foi alcançado dentro do período previsto, devido a pandemia do COVID19, pois os encontros com a associação dos moradores do Ecomuseu foram suspensos, impedindo que se realizassem a observação participante, como planejado.

Considerando a necessidade da conclusão da tese, realizou-se uma incursão em literaturas e documentos, buscando trazer a baila, a ideia do Ecomuseu de território como modelo de governança participativa e de sustentabilidade.

A ideia surgiu a partir do acompanhamento inicial com os membros da associação dos moradores do Ecomuseus Serra do Rio do Rastro, especialmente quando a partir da criação do Ecomuseu, o município de Lauro Muller passou a ter

conflitos com o ICMbio e o IMA, que demonstraram interesse jurídico em incorporar a área que compõe o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, ao Parque Nacional de São Joaquim.

A pesquisadora passou a participar das reuniões e audiências públicas, juntamente com a associação dos moradores do Ecomuseu e, considerando os princípios que regem a criação do Ecomuseus, ficou evidente que o conflito entre o Ecomuseu e as autarquias, tinham como ponto central a gestão do espaço delimitado pelo Ecomuseu, espaço esse que inclui também a Serra do Rio do Rastro e outros pontos turísticos do município. Partindo dessas observações, a pesquisadora passou a estudar a gestão do ecomuseu e a gestão do Parque Nacional de São Joaquim. Analisando as diferenças entre a forma da gestão, observou-se que o modelo de gestão participativa do ecomuseu, respeita a população local e a pedagogia adotada inclui essa população local, fazendo-se protagonista de sua história.

Seguindo os preceitos que regem a ideia dos ecomuseus, o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro tem por objetivo a valorização e preservação do patrimônio ambiental, cultural e suas diversas manifestações; estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo; universalidade do acesso e o desenvolvimento cultural e socioeconômico com a participação das comunidades.

Lauro Muller possui muitos recursos naturais como o minério de carvão, a vegetação exuberante, os animais silvestres, a Serra do Rio do Rastro, a beleza dos cânions da Serra Geral, as cachoeiras, as grutas, os rios, os vales e montanhas. Destaca-se também por seus recursos culturais, históricos e técnico científicos como a religião, a música, a arquitetura antiga, as crenças, os sítios arqueológicos, a colonização fortemente ligada a história do carvão, dos tropeiros e dos imigrantes italianos; o município possui ainda a famosa coluna Whitte, que é a primeira coluna estratigráfica da Bacia do Paraná, onde está a descrição de todos os corpos rochosos que formam a crosta da Terra.

Através da pesquisa ora realizada, constatou-se que a criação do Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, (re)ligou de alguma forma a população ao desejo de uma vida comunitária, onde o desejo do bem comum prevaleceu, mesmo diante de tantos desafios.

A proposta de criação do Ecomuseu esta vinculada a Fundação Ambiental Municipal de Lauro Muller e a gestão é baseada na participação dos membros da comunidade local, através da associação de moradores, sendo constante tanto

instrumental quanto operacionamente. Isso significa que os membros da comunidade são os atores que decidem o que é bom para todos e participam de realizações nessa comunidade em modalidades variadas, conforme seus anseios e necessidades.

O ecomuseu é espaço de convívio social e fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o empoderamento comunitário, partindo da premissa de que, ao participar das decisões através de uma governança participativa e vivenciar o ecomuseu, a comunidade empodera-se, pois (re)aviva suas memórias afetivas e sua identidade com o local.

Importante também citar que as possibilidades de pesquisa e conservação são um meio de ação, transformação, e não um fim em si mesmo. Os ecomuseus são todos únicos, diferentes entre si, não apenas pela natureza de seu patrimônio, cultural, natural e de sua comunidade, mas pela história particular de seu processo evolutivo, suas mudanças cotidianas como, por exemplo, o acolhimento de novos moradores, resultado do crescimento urbano, porém sua essência comunitária permanece. (MATTOS, 2006; VARINE, 2012).

7 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Recomenda-se como possibilidades de estudos posteriores, considerando as limitações encontradas devido a pandemia do COVID19:

- a) Ampliação dos estudos, com entrevistas e acesso a documentos, para verificar como na *práxis* o Ecomuseu de território contribuir para um modelo de governança participativa;
- b) Aprofundamento, através de estudos de casos, sobre a possibilidade dos Ecomuseus de território contribuírem para a sustentabilidade local e global;
- c) Analisar, também através de estudos comparativos, como o Ecomuseu de território pode contribuir para o empoderamento comunitário?
- b) Aprofundar os estudos, com base nas experiências já existentes, se é possível implementar o modelo de governança participativa, considerando as relações de poder do Estado sobre o meio natural.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanista**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEZERRA, O.G. **A conservação do patrimônio natural/cultural: um sistema de indicadores para o monitoramento da conservação da significância dos parques nacionais brasileiros patrimônios da humanidade: 2011**. 359 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

BELLAIGUE SCALBERT, Mathilde. 1983. “Territorialité, mémoire et développement – l'Ecomusée de la Communauté Le Creusot/Montceau les Mines”. Icofom Study Series, 2:34-39.

_____. 1989. “Georges Henri Rivière et la genèse de l'écomusée de la Communauté Le Creusot-Montceau-les-Mines”. In: Georges Henri Rivière (org.), La muséologie. Textes et témoignages. Paris: Dunod. pp. 164-165

BOOKCHIN, M. “Municipalismo Libertario”. 1984. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2014.

BRULON-SOARES, B. C. **Máscaras guardadas: musealização e descolonização**. 2012. Tese (Doutorado em antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. 1982 [tradução Álvaro Cabral]. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2006a. 447p.

_____. A Teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos. 1996.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, J. T. (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

DURHAN, E. R. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: CosacNaify, 2004.

FERNANDES, R. C., BRUSTOLIN, C.; TEIXEIRA, L. Relatório Antropológico: A Comunidade São Roque. **Boletim Informativo NUER**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 131-186, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GUATTARI, Félix. *AS TRÊS ECOLOGIAS*. 11ª edição. **2001**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. Revisão da tradução: Suely Rolnik. Revisão: Josiane Pio Romera, Regina Maria Seco e Vera Luciana Morandim. Título original em francês: *Les trois écologies* © Éditions Galilée, 1989

GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 22 n. 2, p. 201-210, 2006

HAECKEL, E. *Anthropogenie; oder, Entwicklungsgeschichte des menschen. Keimes und stammesgeschichte*. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1891, p. 861-862

HEINICH, Nathalie. 2009. *La fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

_____. 2012. "Les émotions patrimoniales: de l'affect à l'axiologie". *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, 20(1):19-33

LABOV, William & Joshua WALETZKY. 1967. *Narrative Analysis: oral versions of personal experience*. In: June Helm. Ed.. *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press.

LABOV, William. 1972. *Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

LEFF, Enrique. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Epistemologia Ambiental*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, Maria C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Newton Roberval Eicheberg] – São Paulo: Cultrix, 2006b.

RECLUS, É. A Origem da Família, do Estado e da Propriedade. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org). Élisée Reclus (Geografia). São Paulo: Editora Ática S.A. 1985.

ROMANO, Jorge O.. Empoderamento: Enfrentaremos Primeiro a Questão do poder para Combater juntos a pobreza. International Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together, , Rio de Janeiro, Brazil, 4th to 6th September 2002.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Liz Gráfica e Editora 1993.

_____. **Palestra proferida no Seminário Internacional de Ciência e Tecnologia Para uma Moderna Civilização Baseada em Biomassa**. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Rumo a Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2004.

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudanças. **Economia Global e Gestão**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 133-154, 2010.

SUGUIO, K. Rochas sedimentares: propriedades, gênese e importância econômica. São Paulo: Edgard Blücher, **1980**. 500p.

VARINE-BOHAN, Hugues de. 1973. “Un musée éclaté: le Musée de l’Homme et de l’Industrie”. *Museum*, XXV(4):242-249.

_____. 1992a. “L’écomusée (1978)”. In: André Desvallées; Marie Odile de Barry & Françoise Wasserman (coords.), *Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie*. vol. 1. Collection Museologia. Savigny-le-Temple: Éditions W-M.N.E.S. pp. 446-487.

_____. 1992b. *Anais do 1º Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Mimeo.

_____. 2005. “La décolonisation de la muséologie”. *Nouvelles de l’Icom*, 3:3.

